

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**PEDRO ANTONIO OVELAR GARCETE**

**OS INDÍGENAS DA ALDEIA CERROY EM GUIA LOPES DA  
LAGUNA - MS: A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA  
PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO DA VIDA**

**JARDIM - MS  
2012**

**PEDRO ANTONIO OVELAR GARCETE**

**OS INDÍGENAS DA ALDEIA CERROY EM GUIA LOPES DA  
LAGUNA - MS: A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA  
PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO DA VIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade  
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de  
Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de  
Licenciado em Geografia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana  
Maria Soares de Oliveira.

**JARDIM – MS  
2012**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

UEMS – Jardim

GARCETE, Pedro Antonio Ovelar. Os Indígenas da Aldeia Cerroy em Guia Lopes da Laguna - MS: A (Re) Construção da Identidade na Perspectiva de Reprodução da Vida / Pedro Antonio Ovelar Garcete. Jardim: UEMS, 2012

74 f.

Bibliografia

Monografia de Graduação – Curso de Geografia – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Identidade. Território. Desterritorialização. Reterritorialização. Políticas públicas.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

---

Pedro Antonio Ovelar Garcete

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Pedro Antonio Ovelar Garcete

### **OS INDÍGENAS DA ALDEIA CERROYEM GUIA LOPES DA LAGUNA - MS: A (RE) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA PERSPECTIVA DE REPRODUÇÃO DA VIDA**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Soares de Oliveira.

---

Curso de Geografia, UEMS - Jardim

Examinador 1: Prof. Dr. Walter Guedes da Silva

---

Curso de Geografia, UEMS – Campo Grande

Examinador 2: Prof. Msc. Paulo Baltazar

---

Curso de Geografia, UFMS – Aquidauana

Jardim, 23 de novembro de 2012

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* a minha mãe Délia Ovelar Garcete, que mesmo na sua ausência, está presente em todos os momentos da minha vida principalmente durante a execução desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela saúde e paz que me proporcionou durante os quatro anos da graduação. Nas horas das grandes dificuldades e adversidades da vida, recorria a Ele e recebia forças para transpor vales e montanhas que surgiram no meu caminho.

No espaço geográfico percorrido para a realização do meu projeto de graduação em Geografia, em primeiro lugar quero destacar o lugar de onde comecei: a casa dos meus pais. Por isso agradeço a minha mãe, Délia Ovelar Garcete, que nos meus primeiros contatos com um novo lugar (a universidade), me incentivou a não desistir frente aos novos desafios que surgiram. Mesmo não estando mais presente, ela se faz presente, sempre me incentivando e dando forças de uma forma inexplicável, em todos os momentos de hesitação, de temor ou desânimo, na jornada que propus trilhar.

Ao meu pai Vitório Pereira Garcete, que não usa mais as palavras, mas dos seus exemplos de honestidade, perseverança, persistência e dedicação, ainda tiro proveitos valiosos. Hoje mesmo com a mente entenebrecida pelo Mal de Alzheimer, não perdeu a ternura e carinho, encarando a sua enfermidade com serenidade e sempre com um sorriso e um beijo para cada filho, neto, bisneto e tataranetos.

A minha esposa Roselei e meus filhos Glaucielli e William, que mesmo distantes estiveram tão perto dos meus projetos sempre me incentivando e colaborando de alguma forma para aliviar o peso da jornada acadêmica.

A minha irmã Lolita que na ausência da minha mãe, assumiu com todas as forças sua função, questionando e incentivando a minha vida acadêmica e não perdendo de vista os outros nove irmãos, espalhados em diversas regiões brasileiras, no sul, em Santa Catarina; No Sudeste, em Minas Gerais; e no Centro Oeste, em Mato Grosso do Sul.

A Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Soares de Oliveira, minha orientadora, pelos livros, pelas leituras, carinho, ternura e paciência nas suas orientações. Para mim será sempre um referencial de pessoa amiga, profissional e educadora.

Aos professores, funcionários e acadêmicos colegas do Curso de Geografia da UEMS - Unidade Universitária de Jardim, que contribuíram na construção da minha graduação em Geografia.

Ao cacique Astúrio e todos os índios Guarani-Kaiowá da Aldeia Cerroy, que me receberam de braços abertos, na pesquisa de campo para a elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao professor José Vicente Dalmolin, que me concedeu valiosas informações sobre o acampamento indígena na BR 267.

Ao proprietário da Fazenda Santo Onofre Max Antonio Souza de Moraes que me concedeu a entrevista sobre o processo de doação da terra para a criação da Aldeia Cerroy.

## EPÍGRAFE

*As desigualdades que aparecem caracterizam-se pela combinação de aspectos distintos dos diversos momentos da história do homem. Isso resulta no aparecimento de grupos também distintos ocupando específicas parcelas da superfície da Terra, e aí imprimindo suas próprias marcas, a paisagem, que nada mais é que uma expressão de seus modos de vida. (CORRÊA, 1987, p.43)*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito a investigação e análise da origem e a formação do acampamento (território) dos indígenas Guarani-Kaiowá as margens da rodovia BR 267-MS no município de Guia Lopes da Laguna, bem como a transferência do grupo para a Aldeia Cerroy, criada a partir da doação de uma área de 22 hectares, as margens da mesma rodovia. Neste estudo buscamos, portanto, apreender e compreender o processo de desterritorialização e de (re)territorialização desses indígenas com enfoque na trajetória de vida, e nas condições em que os mesmos e suas famílias se encontram após a criação do novo território: a Aldeia Cerroy. Atentamos ainda para o entendimento das transformações identitárias e análise da existência e papel das políticas públicas destinadas a esse grupo, e para estas influências (ou não) no processo de produção e reprodução da vida e de (re)construção de identidades.

**Palavras-chave:** Identidade. Território. Desterritorialização. Reterritorialização. Políticas públicas.

## ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the origin and formation of the Indigenous Guaran Kaiowá village, beside the highway BR-267, located in the municipality of Guia Lopes da Laguna - MS, as well as its transfer to the Aldeia Cerroy, created from the donations an area of 22 hectares, the same side of the highway, donated by a local farmer. Therefore, the goal of this study is understand the process of deterritorialization and re-territorialization that group focusing on their life course, and the conditions in which they and their families are after the creation of this new territory: Aldeia Cerroy. It also aims to investigate whether the process of deterritorialization and re-territorialization occasioned identity changes, also investigate and analyze the existence and role of public policies dedicated to this group and whether or not influence in the process of production and reproduction of life and reconstruction of identities.

**Keywords:** Identity, territory, deterritorialization, reterritorilization.

## LISTA DE FOTOS

Foto 01. Índio Júlio, liderança religiosa Guarani-Kaiowá do acampamento na BR 276.....	39
Foto 02. Casas dos índios Guarani-Kaiowá acampados as margens da rodovia BR 267.....	40
Foto 03. Danças e rituais dos Guarani-Kaiowá acampados as margens da BR 267.....	43
Foto 04. Cacique Astúrio, esposa, filha, nora e neto, na Aldeia Cerroy, em 2012.....	50
Foto 05. Trilhas - <i>tape po'i</i> , que servem de comunicação entre as famílias.....	51
Foto 06. Lavoura de mandioca e banana do índio Ramão, na Aldeia Cerroy.....	53
Foto 07. Casa do cacique Astúrio na Aldeia Cerroy.....	53
Foto 08. Casas dos indígenas as margens da mata, na Aldeia Cerroy.....	54
Foto 09. Criação de aves e lavoura de mandioca, na Aldeia Cerroy.....	56
Foto 10. Poço artesiano construído pela FUNASA, na Aldeia Cerroy.....	58
Foto 11. Casa da índia Cleide, na Aldeia Cerroy.....	60

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 01. Pessoas por faixa etária na Aldeia Cerroy, em 2012.....	62
Gráfico 02. Nascimentos de crianças no período de 1992 – 2012, na Aldeia Cerroy.....	63
Gráfico 03. Estado civil dos moradores da Aldeia Cerroy em 2012.....	64
Gráfico 04. Local de origem dos moradores da Aldeia Cerroy em 2012.....	64

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Território Guarani no período colonial.....	25
Figura 02. Área de abrangência da Companhia Matte Laranjeira.....	31
Figura 03. Áreas indígenas Guarani- Kaiowá e Terena no sul de Mato Grosso do Sul.....	36
Figura 04. Localização da Aldeia Cerroy.....	47
Figura 05. Aldeia Cerroy localizada as margens da rodovia BR 267.....	52

## LISTA DE SIGLAS

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CIMI - Conselho Missionário Indigenista

DAF - Diretoria de Assuntos Fundiários

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

Me. - Mestre

MPF - Ministério Público Federal

MS - Mato Grosso do Sul

MT - Mato Grosso

NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas

ONG - Organização Não Governamental

Prof. - Professor

SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena

SIASI- Sistema de Informação da Atenção a Saúde Indígena

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

SPILTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO I - A INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIZAÇÃO E RETERRITORIZAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DO POVO GUARANI-KAIOWA.....</b>	<b>25</b>
1.1. O povo Guarani-Kaiowá: Seu Território e Modo de Vida.....	25
1.2. A Constituição da Propriedade Privada da Terra e o Modo de Produção Capitalista no Brasil.....	28
1.3. O Processo de Desterritorialização e Reterritorialização do povo Guarani-Kaiowá. ....	29
1.4. O Processo de Transferência do Povo Guarani-Kaiowá dos Seus Territórios Tradicionais Para as Reservas Criadas Pelo SPI.....	32
1.5. O Processo de Mudanças nas Condições de Vida dos Guarani-Kaiowá.....	34
1.5.1. O trabalho indígena “dentro” da reserva, e “fora” no setor sucroalcooleiro.....	36
1.5.2. O movimento dos índios Guarani-Kaiowá pela recuperação das suas terras tradicionais.....	37
<b>CAPÍTULO II - O ACAMPAMENTO DOS ÍNDIOS GUARANÍ-KAIOWÁ AS MARGENS DA RODOVIA BR 267: A PERSPECTIVA DE UM NOVO TERRITÓRIO.....</b>	<b>38</b>
2.1. Local de Origem dos Guarani-Kaiowá Acampados, e a Formação do Acampamento.....	38
2.2. Condições de Vida e Produção no Acampamento.....	41
2.3. A Escolha do Local do Acampamento: Identificação Com o Lugar.....	42
2.4. A Saída das Reservas e Aldeias Demarcadas Pelo SPI: Motivos; Consequências e Alternativas.....	44
<b>CAPÍTULO III - A FORMAÇÃO DA ALDEIA CERROY.....</b>	<b>47</b>
3.1. As <i>Aty Guasu</i> Promovidas Pelas Lideranças Guarani-Kaiowá e Instituições que Defendem os Direitos Indígenas.....	48
3.2. O Processo de Transferência do Acampamento e Distribuição das Terras na Aldeia Cerroy.....	51
3.3. As Mudanças na Vida dos Índios Guarani-Kaiowá a Partir da Constituição da Aldeia Cerroy.....	54
3.3.1. A mata como referencial dos costumes indígenas.....	56

3.3.2. Os povos indígenas e as políticas públicas.....	57
3.3.3. A criação da Aldeia Cerroy e as condições assistenciais.....	57
3.4. Problemas “Antigos” Persistem no “Novo” Território. ....	59
3.5. Dados Estatísticos Sobre a População da Aldeia Cerroy.....	61
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>72</b>

## APRESENTAÇÃO

A realização desse trabalho sobre os índios Guarani-Kaiowá, que viveram acampados as margens da rodovia BR 267, a 30 km da cidade de Guia Lopes da Laguna, da década de 1980 a 2008, e a transferência desse povo para a Aldeia Cerroy, situada na mesma rodovia a 5 km do acampamento, nos remete ao desafio de lidar com uma realidade que é histórica, social e cultural.

Para entender esta realidade algumas questões surgiram como orientação à proposta deste trabalho, sobre as quais buscamos as respostas a partir da execução da pesquisa de campo e levantamento bibliográfico. Entre estas destacamos: em que consistiam estes acampamentos? Quando surgiram? Quais as razões que culminaram na sua existência? Quem são os indígenas que neles vivem e quais são as suas expectativas em relação à Aldeia Cerroy? Que relação esses indígenas, atualmente membros da Aldeia Cerroy têm com os diversos segmentos da sociedade com as quais interagem? Qual é a relação desenvolvida com o indígena que vive nas reservas a partir da criação da Aldeia Cerroy?

O principal objetivo deste trabalho foi pesquisar esse agrupamento de indígenas Guarani-Kaiowá, visando apreender e compreender a trajetória de sua formação e atentar para as condições atuais dos mesmos em termos sociais, assistenciais e culturais. Como eles se lêem e se vêem dentro do processo de (des)territorialização e de (re)territorialização.

A partir desses pressupostos, compreendemos os impactos sociais, econômicos e culturais por eles vivenciado no processo de (des)territorialização e (re)territorialização e como isto se evidenciou do ponto de vista da (trans)formação da identidade desses índios. Investigamos e analisamos ainda, a existência e o papel das políticas públicas destinadas a esses indígenas, bem como a influencia (ou não) das mesmas no processo de produção e reprodução da vida e de construção de identidades desses povos.

A metodologia para a execução desse trabalho no primeiro capítulo foi desenvolvida a partir do embasamento teórico de levantamento bibliográfico (livros, teses, dissertações e artigos); consultas a sites e matérias veiculadas na mídia (jornais, revistas e internet); coleta de dados junto a órgãos públicos como a FUNAI e entidades de representação dos povos indígenas; consulta a Legislações vigentes sobre os direitos dos povos indígenas.

No segundo capítulo nos pautamos na pesquisa de campo realizada na Aldeia Cerroy e entrevistas ao grupo dos indígenas que ali vivem. Essas entrevistas foram orientadas por um roteiro de questões previamente elaboradas, além de observação, registros e fotos.

Entrevistamos ainda o Secretário Municipal de Educação de Guia Lopes da Laguna – MS<sup>1</sup> (1997 a 2000) no período de 1997 a 2000, o qual nos disponibilizou um vídeo com registros da década de 2000, o documentário editado por ele registra a vivência desse povo ainda no acampamento.

Consultamos também algumas bibliografias sobre as questões tratadas nesse trabalho, para entendermos os motivos das “saídas” de alguns indígenas e famílias inteiras das reservas, para viverem acampados as margens das rodovias, imediações de fazendas e periferia das cidades.

No terceiro capítulo continuamos com os recursos metodológicos do trabalho de campo através do levantamento da “história oral de vida” de doze pessoas do grupo. Assim foi possível compreender melhor o que ocorreu com esse “índio” Guarani-Kaiowá e o agrupamento como um todo, desde o processo de desterritorialização que deu início a formação do acampamento, até a mudança de todos os acampados para a Aldeia Cerroy.

Nesse capítulo procuramos também apresentar dados estatísticos analisando o crescimento demográfico da Aldeia Cerroy, bem como as atividades econômicas e socioculturais.

A história do grupo foi analisada a partir da perspectiva histórica narrada por seus membros sobre o processo da saída das reservas de origem; a formação do acampamento; e a mudança para a Aldeia Cerroy.

O recorte temporal aludido no trabalho de campo permitiu que a pesquisa fosse realizada no período de 1984 a 2012. A partir do levantamento e registro da história das pessoas mais antigas dos acampamentos e de alguns de seus parentes próximos, organizamos a trajetória do grupo de pessoas que viveram no acampamento.

Consideramos ainda que os indígenas tenham diferentes concepções de tempo e de história. A temporalidade deles é marcada por outros fatores, como nascimento e morte, importantes rituais religiosos, mudanças, casamentos, entre outros. Para uma maior aproximação com as datas da trajetória dos grupos, não nos fixamos em datas fechadas, ou seja, atentamo-nos para a situação da qual estavam falando, era criança, moço, já havia casado, tinha filho ou já era velha. Nesse sentido, a genealogia aparece como importante recurso para tratar a história de vida e a história das famílias indígenas, pois permitiu saber

---

<sup>1</sup> Professor Me. José Vicente Dalmolin

onde viviam os pais, os filhos e irmãos dos entrevistados, e quais os motivos que os levaram a se dispersarem e formarem outros agrupamentos e acampamentos.

As entrevistas individuais e coletivas foram registradas em um diário de campo, com dados como local de nascimento, filiação, formação, grupos de referência, tipos de vínculos do grupo, grau de compreensão e inserção junto às instituições públicas e privadas. Diversas informações foram sistematicamente cruzadas para dirimir as eventuais dúvidas e informações que pudessem ser contraditórias, visto que se trata de grupos humanos de tradição oral e não de tradição escrita, os quais possuem um idioma cultural próprio.

## INTRODUÇÃO

A população indígena denominada Guarani à época da conquista de seus territórios pelos colonizadores ocupava o litoral de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e as bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai. (LUTTI, 2009, p.20)

Segundo estimativas demográficas sobre o montante da população indígena à época da conquista de seus territórios pelos colonizadores, por volta de 1500, apontavam essa projeção para a média que variava entre 1.500.000 a 5.000.000 de índios. Essa projeção foi reduzida posteriormente para cerca de 3.600.000 habitantes<sup>2</sup>. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.22).

A população indígena foi drasticamente reduzida através de guerras de conquista, extermínio e escravização, além do contágio de diversas doenças, como a varíola, o sarampo e a tuberculose, que dizimavam grupos inteiros. As dispersões populacionais provenientes do contato com os colonizadores promoveram grandes deslocamentos dos índios para escapar à escravidão e as consequências das moléstias trazidas pelos europeus, estes fatores proporcionaram contínuo processo de desterritorialização e reterritorialização<sup>3</sup> dos povos indígenas. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p.24)

Hoje a população indígena no Brasil está reduzida a pouco mais de 700.000 índios, segundo dados de 2001 do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Já a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) trabalham apenas com as populações de pouco mais de 300.000 indígenas, reconhecidas e registradas por elas, somente habitantes de aldeias localizadas em terras indígenas oficiais. (LUCIANO, 2006, p.27)

Assim, diríamos que o processo de desterritorialização dos povos indígenas no território brasileiro teve início a partir do ano de 1500, com a conquista territorial empreendida pelos portugueses. Portugal considerou todo o território brasileiro como parte integrante do seu domínio, não assegurando aos povos indígenas quaisquer direitos territoriais. Somente com o Alvará Régio de 1.º de Abril de 1680 é que Portugal reconheceu que se deveria respeitar a posse dos índios sobre suas terras, por serem eles os seus primeiros

---

<sup>2</sup> Há várias estimativas sobre o montante da população indígena à época da conquista, tendo cada autor adotado um método próprio de cálculo (área ocupada por aldeia, densidade da população, etc).

<sup>3</sup> Cabe destacar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território “é a operação de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território. (HAESBAERT, 2004, p.127) No entanto cabe salientar que no caso dos indígenas essa fuga ocorre por força da opressão, da negação do direito e da expulsão dos seus territórios tradicionais.

ocupantes e donos naturais. No entanto esse Alvará foi muito pouco respeitado, e a ocupação dos territórios indígenas prosseguiram de forma continuada e sistemática pelos colonos, com o apoio das autoridades portuguesas. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.24)

Com a edição da Carta Régia de 02/12/1808, a coroa portuguesa declarava como devolutas as terras que fossem “conquistadas” dos índios que não se submeteram ao seu domínio, nas chamadas “Guerras Justas”<sup>4</sup>. Dessa forma a Coroa Portuguesa concedia essas terras tomadas dos índios como devolutas<sup>5</sup> para o processo de colonização. As ocupações territoriais indígena segregaram os índios em espaços territoriais ínfimos, fora das suas terras de ocupação tradicional, ao que se chamou “aldeamento”. Eram áreas que reuniam comunidades indígenas sob a administração de ordens religiosas (jesuítas) e seguiam o chamado Regimento das Missões, cujo objetivo era o trabalho de assistência religiosa, ou catequese. Essa prática de confinamento dos índios em pequenas extensões de terras no entorno de suas aldeias, em que não se levava em consideração a manutenção das condições necessárias a sua reprodução sociocultural, perdurou durante o Império e também por boa parte da história republicana. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.25)

No período do Império, a chamada Lei de Terras<sup>6</sup> reafirmou o direito territorial dos índios. Entretanto, logo depois, o mesmo Império tratou de criar outra regra tornando devolutas as terras das aldeias que tivessem sido abandonadas pelos índios. Os presidentes das províncias passaram a simplesmente atestar que terras indígenas haviam sido abandonadas pelos índios, muitas vezes sem corresponder com a realidade, facilitando assim a titulação dessas terras para terceiros. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.26)

Na fase colonial e imperial todas as terras existentes estavam vinculadas ao poder central, as províncias não tinham nenhuma autonomia. Na fase republicana surge o disposto no artigo 64 da constituição de 1891 (a primeira Constituição da República), que transfere aos estados as terras devolutas situadas em seus territórios. Muitas das terras ocupadas pelos índios que haviam sido consideradas devolutas durante o período colonial e imperial foram incorporadas ao patrimônio estadual sem as devidas medições e vistorias *in loco*. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.27).

---

<sup>4</sup> Guerras Justas, intentadas pelo governo português contra os indígenas que não se submeteram ao seu domínio. (ARAÚJO, *et al*, 2006, p.25)

<sup>5</sup> Define-se como Terras de volutas aquelas de domínio público sem nenhuma destinação específica. (ARAÚJO, *et al*, 2006, p.25)

<sup>6</sup> A Lei de Terras de 1850 se constituiu a primeira lei que tratou de regulamentar a propriedade privada da terra no território brasileiro. A mesma assegurou o direito territorial dos índios, reservando terras para a sua colonização (instalação de aldeias e reservas). (ARAÚJO *et al*, 2006, p.26)

Ainda no período imperial, após a Guerra do Paraguai, em 1882 o Governo Federal arrendou uma extensa área do então estado Mato Grosso para o empresário Thomáz de Larangeira, para a exploração da erva-mate. Durante a República, a União transferiu as terras devolutas para os estados. Essa mudança favoreceu o empresário Thomáz de Larangeira, na ampliação dos limites do seu arrendamento, através do Decreto n.º 520, de 23/06/1890 a área sob a sua posse ultrapassou os 5.000.000 hectares. Em 1892 o empresário Thomáz de Larangeira fundou a Companhia Matte Larangeira, consolidando o monopólio na exploração da erva-mate em toda região do território de ocupação tradicional dos Guarani-Kaiowá. Em 1902 a Companhia Matte Larangeira foi transferida para a administração da Companhia Mendes e Cia. O monopólio da exploração da erva mate esteve sempre sob os domínios de grupos burgueses que defendiam o capital financeiro e exercia o controle econômico e político da região. A exploração da atividade ervateira teve o seu contrato cancelado em 1942, no governo de Getúlio Vargas. (LUTTI, 2009, p.26)

A Constituição de 1891 não fazia qualquer menção aos índios ou aos seus direitos territoriais. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que surgiu em 1910, não tinha poder para reconhecer as terras indígenas. O governo federal só demarcava terras indígenas após entendimentos com os governos estaduais e municipais, essa prática agravou a política de confinamento. As terras indígenas eram demarcadas em extensão diminuta, e as demais áreas que pertenciam aos índios eram liberadas para que os governos pudessem titular. Desse modo, depois da Constituição de 1891, inúmeros títulos de terras situadas na faixa de fronteira foram concedidos a terceiros pelo governo, incidindo sobre as terras dos índios Guarani-Kaiowá, no sul do estado de Mato Grosso (ARAÚJO *et al*, p.27, 2006).

Já em 1940, o Governo Getúlio Vargas, propôs a Marcha para Oeste, como parte integrante do projeto de colonização e nacionalização das fronteiras do Estado Novo. Um programa de ocupação dos espaços territoriais que envolveram governos estaduais, representantes das elites políticas, empresas e pessoas que se dispusessem a migrar para as regiões tidas como despovoadas ou pouco povoada, para a ocupação dos “espaços vazios”. Assim, através do Decreto de Lei n.º. 3059, de 11 de fevereiro de 1941, o governo criou as colônias agrícolas nacionais destinadas ao assentamento dos colonos que migraram para região Centro-Oeste e Sul de Mato Grosso. (MACIEL, 2004, p.01)

Após a extinção da Companhia Matte Larangeira, o governo criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), na porção sul do estado de Mato Grosso, em 1943, que somado ao desmatamento da região para a implantação das fazendas de gado e lavouras, fizeram com que dezenas de aldeias Guarani-Kaiowá fossem abandonadas pelos índios.

Sendo as terras tradicionalmente ocupadas por esses indígenas incorporadas ao assentamento dos colonos da CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados e das fazendas. (MACIEL, 2004, p.02)

Com a mecanização agrícola e a especialização em torno da soja e da criação de gado, a partir dos anos 1970, e atualmente com a monocultura canavieira, os Guarani-Kaiowá são cada vez mais confinados, tendo que levar uma vida de privações e sofrimentos em verdadeiros “campos de concentrações”, que são as reservas de hoje.

Porque isto aconteceu? Diríamos que enquanto eram necessários como mão-de-obra nos ervais, na CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) e nas fazendas, os Guarani-Kaiowá podiam permanecer em suas aldeias localizadas nas áreas incorporadas pela colonização. Porém, concluído as colheitas, os desmatamentos, e outros trabalhos braçais eram levados para as áreas de reservas demarcadas pelo Estado. Neste sentido cabe destacar que:

Com a criação das Reservas, o Estado poderia liberar o restante do território para os colonos, para desenvolver de forma mais intensa o processo de colonização e ocupação dessa região, além de concentrar as populações indígenas em locais específicos, facilitando assim o acesso a essa mão-de-obra, que se tornava farta e barata. Processos esses gerenciados pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), já que o próprio Serviço de Proteção ao Índio servia como agenciador de índios para o trabalho de extração de erva mate (TROQUEZ, 2006, p. 32).

Para os Guarani-Kaiowá o território tradicional é o local onde se encontram as fontes de recursos necessários para a sua sobrevivência e se estabelecem as relações de poder, sociais, culturais e simbólicas. E essa estreita ligação com sua terra é o seu *tekoha*.<sup>7</sup> A transferência de inúmeras aldeias e famílias extensas para dentro das reservas demarcadas não significou apenas o deslocamento geográfico do território tradicional e a correspondente perda das terras, mas impôs profundas transformações na relação reterritorialização/identidade dos Guarani-Kaiowá. Nesse sentido Troquez afirma que:

[...] as Reservas Indígenas foram resultadas de um projeto claro de colonização e civilização que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhe o direito a posse das terras que tradicionalmente ocuparam (TROQUEZ, 2006, p. 32).

Em Mato Grosso do Sul os índios Guarani-Kaiowá foram transferidos de suas aldeias para as reservas localizadas em terras com baixa produtividade, quase todas fora das áreas de ocupações tradicionais. Essas mudanças nas condições de vida dos Guarani-Kaiowá proporcionaram divergências internas, problemas socioeconômicos e culturais e obrigaram um grande número de famílias a abandonar suas reservas. Atualmente a maior concentração dos índios Guarani-Kaiowá está na região da Grande Dourados. Segundo Lutti:

[...] em 2007 cerca de 45.000 guaranis e kaiowá habitavam a região centro-sul do estado, espalhados por trinta e quatro terras indígenas e reservas catalogadas. Grande parte desta população ocupa a região da Grande Dourados, distribuídos em vinte e duas áreas indígenas espalhados por trinta municípios. (LUTTI, 2009 p.21)

Os índios que recusaram a sua transferência para as reservas ou a abandonaram posteriormente por que não aceitaram o processo de confinamento nas reservas passaram a morar nas periferias das cidades, às margens de rodovias e estradas vicinais, dando origem a vários acampamentos de índios Guarani-Kaiowá localizados fora das reservas, os quais Pereira define como “assentamento” e os classifica como segue:

Como a população Kaiowá não se conformou em sua totalidade à situação de reserva, identifiquei algumas modalidades de assentamento que não estão diretamente associadas a esses espaços físicos, reconhecidos como terras indígenas. Assim, além das reservas, descrevo: a) os espaços sociais dos acampamentos mobilizados para a retomada de terras consideradas pelos Kaiowá como de ocupação tradicional; b) as populações que vivem em periferias de cidades; e c) as populações de “corredor”<sup>8</sup>, caracterizadas por famílias isoladas e mesmo comunidades que nos últimos anos passaram a residir em caráter relativamente permanente nas margens de rodovias e estradas vicinais. (PEREIRA 2007, p.03)

Nessas condições forma-se às margens da BR 267, na Serra de Maracajú, em frente às terras pertencentes à Fazenda Santo Onofre, a 35 km da cidade de Guia Lopes da Laguna, um acampamento de indígenas Guarani-Kaiowá. Segundo relatos de uma índia Guarani, antiga moradora desse acampamento entrevistada recentemente, e também do documentário registrado em vídeo por Dalmolin<sup>9</sup>, o grupo iniciou o acampamento no ano de 1984,

---

<sup>7</sup> O termo *tekoha* tem um sentido polissêmico ligado a terra, à natureza e às relações sociais, políticas e religiosas pelos grupos Guarani. Abarca a noção de local onde se realiza o modo de ser. Pode ser definido como local onde se realizam as relações sociais entre as famílias extensas (TROQUEZ, 2006, p. 32).

<sup>8</sup>O “Corredor” era o termo utilizado pelos próprios indígenas acampados próximos ao município de Guia Lopes da Laguna, referindo-se as áreas ao lado da rodovia.

<sup>9</sup> Professor Me. José Vicente Dalmolin

permanecendo acampado por 24 anos. Em 2008 foram transferidos para uma área de 22 hectares, cedida por um fazendeiro local<sup>10</sup>, proprietário da Fazenda Santo Onofre.

Com a posse dessa terra, iniciou-se a formação de uma aldeia, denominada Aldeia Cerroy considerada neste trabalho o recorte territorial para o entendimento do processo de desterritorialização e reterritorialização dos índios Guarani-Kaiowá.

---

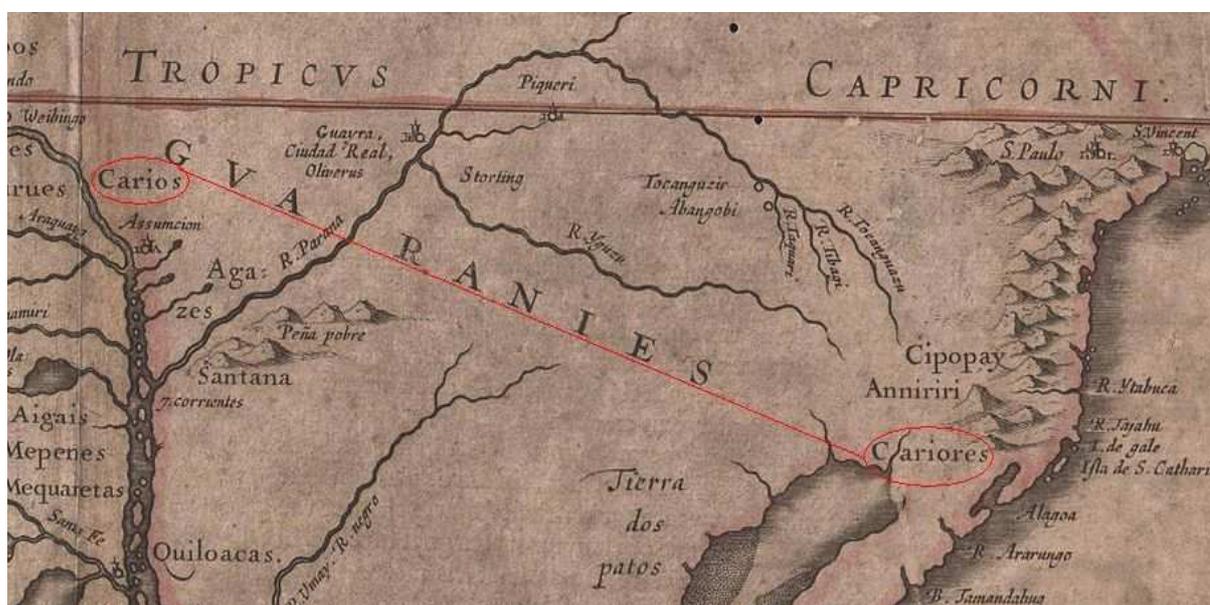
<sup>10</sup> Cabe destacar que a tramitação legal que resultou na criação da Aldeia Cerroy encontra-se sob a responsabilidade do Ministério Público Federal e da FUNAI, segundo informações concedidas pelo fazendeiro Max Antonio Souza de Moraes.

## CAPÍTULO I

### A INFLUÊNCIA DOS PROCESSOS DE DESTERRITORIZAÇÃO E RETERRITORIZAÇÃO NO MODO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA DO POVO GUARANI-KAIOWA.

#### 1.1. O Povo Guarani-Kaiowá: Seu Território e Modo de Vida.

Os povos Guaranis no Brasil se dividem em três etnias distintas: os Nandeva, os Kaiowá, e os Mbya. Antes da exploração e conquista dos seus territórios, empreendidas pelos portugueses e espanhóis, ocupavam o litoral de São Paulo até o litoral do Rio Grande do Sul e ainda, as bacias dos rios Paraná, Paraguai, e Uruguai e parte do território da Argentina. (LUTTI, 2009, p.20). Na Figura 01<sup>11</sup> é demonstrada a região dos povos Guarani abaixo do Trópico de Capricórnio, Paraguai, Bacia do Rio da Prata e Litoral Atlântico Sul e as Terras Guarani no sul, sudeste e centro-oeste do Brasil



**Figura 01. Território Guarani no período colonial.**

Fonte: <http://www.wdl.org><sup>12</sup>

<sup>11</sup> A Figura 01. É uma de obra de Willem Blaeu (1571-1638), o fundador da famosa dinastia de cartógrafos Holandeses.

<sup>12</sup> Acessado no site de Biblioteca Digital Mundial, no dia 17/08/2012 em [http://www.wdl.org/pt/item/1101/view\\_type=list&countries=BR&time\\_periods=1500-1699&regions=latin-america-and-the-caribbean&search\\_page=1&additional\\_subjects=Indians+of+South+America](http://www.wdl.org/pt/item/1101/view_type=list&countries=BR&time_periods=1500-1699&regions=latin-america-and-the-caribbean&search_page=1&additional_subjects=Indians+of+South+America)

Esses povos são agricultores, tendo como principais plantações a mandioca e o milho, base de sua alimentação, eram também coletores e caçadores. Cultivavam e teciam o algodão, para a confecção de redes e vestuários. Produziam utensílios de cerâmicas, como potes para o armazenamento e preparação de alimentos e para o sepultamento de seus mortos.

Na agricultura necessitavam de uma área de cultivo onde pudessem desenvolver a produção a partir do sistema rotativo das terras, a coivara, dessa forma evitava o desequilíbrio ecológico. As matas e a proximidade da água também eram fundamentais, além da área reservada para a casa e o pátio, onde acontece a convivência social e os rituais religiosos. Schaden (1974, p.37) que realizou estudo com as populações Guarani-Kaiowá na região Sul de Mato Grosso na década de 1970, afirma que esse povo era conhecido por suas desenvolvidas técnicas de agricultura, e a base do seu sustento era a lavoura.

Segundo Oliveira; Faria:

[...]O modo de se relacionar com a natureza das populações indígenas contém, simultânea e intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena Nele, portanto não se separa a natureza da vida. É por isso que estes povos precisam de extensões significativas de terra para realizar o processo social de suas reproduções. Aliás, é fundamentalmente por isso que os povos indígenas lutam pela demarcação de seus territórios, mesmo que muitas vezes eles estejam transformadas pela ocupação dos não índios. (OLIVEIRA; FARIA)<sup>13</sup>

Para o povo Guarani-Kaiowá a terra faz parte da sua vida. É a fonte do sustento do corpo e da alma. O território tradicional é o local onde se encontram as fontes de recursos necessários para a sua sobrevivência e se estabelecem as relações de poder, sociais, culturais e simbólicas. E essa estreita ligação com sua terra é o seu *tekoha*. (LUTTI, 2009, p.22)

As comunidades Guarani-Kaiowá se constituíam de duas a cinco famílias extensas, reunidas em seu território tradicional que formavam o *tekoha*, o único lugar onde acreditavam ser possível realizar o modo de vida tradicional. O número de índios do *tekoha* varia de acordo com o número de parentes e a quantidade de indivíduos que ela agrega. As Aldeias muito grandes acabavam se dividindo por causa de conflitos internos, ou por possuírem mais de um chefe com prestígio suficiente para agregar em torno de si familiar e aliado, formando assim, um novo *tekoha*. Nessas comunidades os aspectos político, social, econômico e religioso organizavam-se a partir da centralidade promovida pelos mais velhos, o

---

<sup>13</sup> Artigo sem data e paginação.

*tamõi* (avô) e a *jari* (avó) ou o *tamõiguasu* (bisavô ou tataravô) e a *jariguasu* (bisavó ou tataravó), eram formadas por pessoas de até três gerações. (MURA, 2006 p.11)

A reunião entre várias famílias extensas ocorria em torno de um chefe religioso regional, o *tuvicha-ruvicha*, chefe dos chefes, com prestígio entre todas as famílias. Assim era garantida a identificação entre elas, constituindo assim, o *tekoha*. (MURA, 2006 p.36)

O Artigo 231, no parágrafo 1.º, da Constituição Federal de 1988 especifica terras indígenas como:

São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.47)

Essas terras segundo o inciso XI do Artigo 20 da Constituição Federal “são bens da União” e no parágrafo 4.º do Artigo 231, estabelece que sejam “inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis”. Conforme o parágrafo 2.º do Artigo 231 da Constituição Federal os índios detém a posse permanente e o “usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos” existentes em suas terras. Elas constituem patrimônio da União e como bens públicos de uso especial, além de inalienáveis e indisponíveis, não podendo ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios. (OLIVEIRA; FREIRE, 2006 p.133)

O processo de demarcação das terras indígenas é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Esse processo constitui o dever da União Federal, em resgatar uma dívida histórica com os primeiros habitantes das terras brasileiras; propiciar condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural desses povos, preservando a diversidade cultural brasileira. No entanto, essa obrigação do Estado em relação aos povos indígenas vem sendo sistematicamente descumprida. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.478)

Nos termos do parágrafo 1º do Artigo 231 da Constituição Federal. O poder público terá a atribuição de identificá-la e delimitá-la, de realizar a demarcação física dos seus limites, de registrá-la em cartórios de registro de imóveis e protegê-la. Essas determinações legais são suficientes para garantir o reconhecimento dos direitos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, independentemente da sua demarcação física. (ARAÚJO *et al*, 2006, p.48)

O processo administrativo de demarcação das terras indígenas está definido na Lei nº 6.001, de 19/12/1973, que é conhecida como Estatuto do Índio, no Decreto nº 1.775, de 08/01/1996 atribui à FUNAI o papel de tomar a iniciativa, orientar e executar a demarcação dessas terras, atividade que é executada pela Diretoria de Assuntos Fundiários (DAF). (ARAÚJO *et al*, 2006, p.49)

## **1.2. A Constituição da Propriedade Privada da Terra e o Modo de Produção Capitalista no Brasil.**

A constituição da propriedade privada da terra revela o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil. Quando o capitalista se apropria da terra, ele visa o lucro, direto ou indireto. A terra pode servir para explorar o trabalho de quem não tem terra, ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem. A apropriação da terra pelo capital nem sempre se dá pela vontade do capitalista de se dedicar a agricultura. A terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe somente quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada. Dessa forma, a propriedade privada e a renda da terra permitem que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir possa se enriquecer. (OLIVEIRA; FARIA)<sup>14</sup>

A formação da propriedade privada da terra no Brasil se deu mediante o processo de ocupação colonial fundada na escravidão, o qual iniciou a destruição dos territórios dos povos indígenas pela ação colonialista portuguesa. As elites agrárias acreditavam que as ocupações de vastas extensões, chamadas equivocadamente de posses, constituíam no modo legítimo de obtenção do domínio sobre estas terras ocupadas ilegalmente. (OLIVEIRA; FARIA)<sup>15</sup>

A Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, atuou como um marco jurídico de constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil, transformando a terra em mercadoria, a qual poderia ser obtida somente por compra e venda. O título da terra tornou-se pela lei superior à posse efetiva da terra, com a Lei de Terras de 1850. Essa lei legalizou os títulos de sesmarias e as posses quaisquer que fosse suas extensões, mas que tivessem cultivos. Esses títulos eram chamados de ‘posses mandas e pacíficas. Porém depois

---

<sup>14</sup> Artigo sem data e paginação.

<sup>15</sup> Artigo sem data e paginação.

da Lei de Terras somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas. Dentre as terras devolutas estava assegurada a reserva para os indígenas através de colonização. Portanto, as terras restantes foram consideradas de domínio público, e entre elas estavam as terras devolutas. No Brasil ainda existem 170 milhões de hectares de terras nestas condições, a grande maioria apropriada e cercada ilegalmente, particularmente, pelos grandes proprietários. (OLIVEIRA; FARIA) <sup>16</sup>

### **1.3. O Processo de Desterritorialização e Reterritorialização do Povo Guarani-Kaiowá.**

Antes de falar especificamente do processo de desterritorialização e reterritorialização do Gaurani-Kaiowa cabe destacar a nossa compreensão acerca do conceito de território. O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder e das relações sociais e pressupõe a idéia de apropriação e pertencimento. (COSTA, 2003, p.78)

O que dá ao espaço o caráter de território é o sentimento de pertencimento. O território surge como espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade; um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto. A identidade aglutina o grupo e faz com que o território se torne o lócus da vivência. As fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia ser geradora de identidade sócio-espacial. (COSTA 2003, p.84)

Quanto à territorialidade cabe dizer que esta expressa tanto à luta pela manutenção da identidade como uma forma de ordenamento territorial, sendo assim, a territorialidade é a expressão de uma identificação. Aqui o território será um *campo de forças*, uma teia ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um

---

<sup>16</sup> Artigo sem data e paginação.

*limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders).* (COSTA 2003, p.86).

Já a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de (re)construção do território. Enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois a sua relação com a terra é totalmente diferente. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.224).

Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis. Se há um movimento de desterritorialização, teremos também um movimento de reterritorialização. Esta desterritorialização é o abandono de territórios criados nas sociedades e sua concomitante reterritorialização.

Assim como a territorialização pode ser construída no movimento, a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples fato de que os “limites” do nosso território podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, podem estar sob o controle ou o comando de outros. (COSTA, 2004 p.20).

O aparecimento do Estado é responsável pelo primeiro grande movimento de desterritorialização, na medida em que ele imprime a divisão da terra pela organização administrativa, fundiária e residencial.

A dimensão espaço/temporalidade da história no contexto da territorialização se realiza na prática cotidiana dos grupos que estabelece vínculos com os de dentro e os de fora, os “nós” e os “outros”, que dentro do plano do vivido, sentido, percebido e concebido, produz o conhecido e o reconhecido. E é isso que os identifica com os elementos do “seu” espaço produzido em “seu” processo histórico.

Os símbolos, imagens e aspectos culturais são na verdade, valores, talvez invisíveis, endogenamente falando, que para a população local materializa uma identidade incorporada aos processos cotidianos dando um sentido de território, de pertença e de defesa dos valores, do território, da identidade, utilizando-se das vertentes político-cultural, que na verdade são relações de poder e defesa de uma cultura adquirida ou em construção. (COSTA, 2003 p. 25)

A mobilidade dos Guarani-Kaiowá nos remete à necessidade de considerar os processos de desterritorialização e reterritorialização. Essa mobilidade estava circunscrita aos limites territoriais, caracterizando-se como um movimento de circularidade, motivado por aspectos sócio-culturais (casamentos, visitas, disputas político-religiosas etc) e/ou econômicos (exploração sazonal do ambiente, mudanças de locais de cultivo/aldeia etc). Desta forma, a circularidade constituiu-se na mobilidade exercida pelo grupo no interior de um espaço

conhecido e delimitado culturalmente, entendido como território. O território Guarani-Kaiowá sofreu um grande impacto a partir do contato com a sociedade ocidental, o que a obrigou a passar por um processo de desterritorialização e reterritorialização.

Partindo desses pressupostos teóricos destacaremos agora o processo de desterritorialização e reterritorialização do povo Guarani-Kaiowa. Após a extinção da Companhia Matte Larangeira o governo Vargas criou a CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 28 de outubro de 1943, através do Decreto-Lei nº. 5.941. Até o ano de 1950, a CAND distribuiu para os colonos que chegaram à região, um mil lotes de 30 hectares. A distribuição da terra foi utilizada como mecanismo para atrair os colonos: nordestinos, mato-grossenses, paulistas, sulistas e até mesmo estrangeiros, sobretudo, os japoneses. A política do governo Vargas visava a formação do mercado interno nacional; a integração econômica das regiões e a constituição de uma estrutura produtiva hierarquizada. Na Figura 02 é destacada a área de abrangência da Companhia Matte Larangeira na porção sul de Mato Grosso do Sul. (MACIEL, 2004, p.02)



**Figura 02. Área de abrangência da Companhia Matte Larangeira.**

Fonte: Programa Guarani Kaiowá/NEPPI. Disponível em <http://www.neppi.org>

Nesse período as disputas pelo controle político e econômico do Estado, enquanto instância de poder ou decisão político-administrativa se intensificou, com o controle da concessão de terras para as colônias agrícolas e grandes latifundiários ligados ao poder,

desconsiderando ou ignorando os territórios dos povos Guarani-Kaiowá, na região. À medida que as atividades exploratórias aumentaram na região sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), o povo Guarani-Kaiowá passou a ocupar pequenas áreas situadas entre a fronteira do Brasil e Paraguai. (PEREIRA, 2004, p.2).

Durante o período da atuação da Companhia Matte Larangeira, a presença dos Guarani-Kaiowá nas áreas arrendadas não representou problema para a Companhia na exploração extrativista da erva mate, tendo em vista que havia o interesse em ocultar a presença indígena na região, pois essas terras eram consideradas desocupadas e devolutas. Ignorava-se assim, a presença dos Guarani-Kaiowá na região, porque os contratos de arrendamento eram permitidos apenas para as terras consideradas devolutas. Para todos os efeitos legais vigentes na época, essas terras eram “desocupadas”. (BRAND, 1997, p.64).

A presença dos povos Guarani-Kaiowá na região de posse da Companhia tornou-se conveniente e necessária por oferecer mão-de-obra farta e barata, no processo de extração e beneficiamento da erva mate. Os índios Guarani-Kaiowá dividiam os trabalhos com os paraguaios, em algumas regiões a presença da mão-de-obra indígena representava 75% dos trabalhadores (BRAND, 1997, p.65).

#### **1.4. O Processo de Transferência do Povo Guarani-Kaiowá dos Seus Territórios Tradicionais Para as Reservas Criadas Pelo SPI**

Conforme a frente colonizadora ia se apropriando do território dos índios Guarani-Kaiowá começavam as fundações das primeiras reservas indígenas, as quais foram instituídas na região após a segunda década do século XX. O SPI – Serviço de Proteção ao Índio<sup>17</sup> criou entre 1915 a 1918, oito reservas para o povo Guarani, liberando o seu território tradicional para a ocupação e colonização dos povos não indígenas. No final da década de 1980 o Estado brasileiro reconheceu outras áreas, além das reservas, como terras indígenas. Estas terras passaram a ser demarcadas principalmente após a Constituição Federal de 1988. Ainda assim, os Guarani-Kaiowá, permaneceram ocupando espaços reduzidos e que continuam não atendendo às necessidades físicas e culturais deste grupo. (GARCIA, 2008 p.58)

---

<sup>17</sup> Durante o Governo do Presidente Nilo Peçanha, em 20 de junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais- SPILTN, através do Decreto nº. 8072, que, a partir de 1918, denominou-se apenas Serviço de Proteção aos Índios- SPI.(GARCIA, 2008 p.58)

A transferência forçada dos povos Guarani-Kaiowá para as aldeias criadas nas reservas, denominada de aldeamento<sup>18</sup>, constitui-se num processo de desterritorialização e de reterritorialização, onde os povos indígenas são coagidos a deixarem seus territórios sendo arbitrariamente forçados a ocuparem outro espaço que não atende as suas necessidades físicas, sociais e espirituais. Oliveira destaca que [...] “Por meio da política de aldeamento do SPI, diversas comunidades foram sendo agrupadas em uma única aldeia, liberando-se as terras das demais para a titulação a terceiros”. (OLIVEIRA, 2009, p.33)

As reservas estabeleceram os Guarani-Kaiowá em pequenos territórios privando-os das condições necessárias para a manutenção do seu modo de vida tradicional, denominado por eles *nankereko*. Para muitas famílias as reservas inviabilizaram o seu modo de vida. Nesse sentido, a transferência de inúmeras famílias extensas para dentro das reservas demarcadas impôs profundas transformações na relação reterritorialização/identidade dos Guarani-Kaiowá. (LUTTI, 2009, p.20)

Introduzindo os índios nas reservas indígenas o governo liberava as terras para a exploração econômica. Qualquer resistência era vista como uma recusa à ordem estabelecida, um ato subversivo, digno de punição. A quem não acatasse as determinações impostas era negado o acesso a recursos oferecidos pelo Estado, sendo estes recursos eram destinados apenas aos indígenas “reservados”. Significa dizer que os indígenas que recusavam a territorialização na reserva eram considerados “desaldeados”, não recebendo nenhum tipo de assistência por parte do Estado. (LUTTI, 2009, p.30)

Segundo Almeida:

Índios “aldeados” eram aqueles que viviam nas reservas, nas quais deveriam receber assistência oficial em saúde e educação e apoio em programas econômicos. Na reserva teriam a “proteção” do Estado e a garantia do usufruto das terras demarcadas, “trabalhando, plantando, e cuidando dos filhos”, como argumentavam os administradores do SPI. Os índios “desaldeados” vivem fora das unidades administrativas, não recebem assistência do governo, da FUNAI e de nenhum órgão governamental. (ALMEIDA, 2001 p.23)

A reserva tinha também o objetivo de integrar o índio à sociedade nacional, para a racionalização da mão-de-obra. Acreditava-se que com o decorrer do tempo, esses povos iriam se incorporar a sociedade, e não haveria mais índio na forma tradicional. O que de fato ocorreu foi o contrário, a manutenção da cultura e o crescimento das populações indígena,

---

<sup>18</sup>Por “aldeamento indígena” entende-se uma unidade administrativa organizada pelo Estado ou por instituição missionária, com o objetivo de organizar a vida social de determinada população indígena dentro de um espaço delimitado e reconhecido oficialmente como destinado a essa população.. (OLIVEIRA,2009 p.33)

culminaram no processo de confinamento e aglomeração de índios em áreas insuficientes para as práticas socioculturais que garantam o seu modo de vida. (LUTTI, 2009, P.33)

Os índios “desaldeados” que não aceitavam viver na reserva, ou dela saíam se escondiam nas matas fugindo dos fazendeiros e do SPI. Nas décadas de 1970 e 1980, a maioria das áreas de matas na região foi desmatada, não havendo mais lugares para os índios se esconderem, então, passaram a ocupar as margens das rodovias e estradas vicinais, intensificando o conflito entre índios e fazendeiros. (ALMEIDA, 2001 p.24).

### **1.5. O Processo de Mudanças nas Condições de Vida dos Guarani-Kaiowá.**

Tradicionalmente os índios Guarani-Kaiowá se mudavam por causa de casamentos, da iminência de alguma doença, da prática de feitiços, da morte de parentes, e dos conflitos entre membros da família. Sendo comum a parte de uma família e até mesmo uma família inteira, mudar-se de um *tekoha* para outro, ou estabelecer um novo *tekoha*, com a intenção de solucionar conflitos internos. (BRAND, 1997 p.129)

Os Guarani-Kaiowá não viviam organizados em um pequeno território como o da reserva, ou nas chamadas “aldeias”, que desde o início da colonização foram criadas para ser o “lugar do índio” e persistem até os dias atuais. Esse processo deu início a uma profunda transformação no modo de vida desse povo, que se reflete na ordem, na cultura e na religião tradicional, expressando a sua relação com o sobrenatural, e ao mesmo tempo, constituem-se referenciais indicativos de sua cultura e identidade. (LUTTI, 2009, p.31)

Com a chegada dos exploradores e colonos na região de ocupação tradicional, os índios Guarani-Kaiowá passaram a sair do *tekoha* para irem à *changa*<sup>19</sup> do trabalho de extração da erva, daí, inicia-se o processo da dispersão de famílias nucleares. Trata-se do primeiro *sarambi*<sup>20</sup>, ou “esparramo”. (LIMBERTI, 2009, p.66)

Essas mudanças nas condições de vida dos Guarani-Kaiowá proporcionaram divergências internas, problemas socioeconômicos e culturais e obrigaram um grande número de indígena a abandonar suas aldeias devido à dificuldade de sobrevivência na produção de alimentos e outras necessidades básicas nas aldeias. O trabalho assalariado surge como

---

<sup>19</sup> É o trabalho braçal em fazendas e destilarias da região, sob regime de empreita, em que os índios são recrutados pelos gatos (empreiteiros) e transportados em caminhões para os locais de trabalho onde permanecem por até quatro meses sem voltar ao lar. (LIMBERTI, 2009, p.66)

alternativa de subsistência, reforçando a exploração da mão-de-obra barata e desqualificada, obrigando os índios a passarem meses distantes de suas famílias.

A mão de obra indígena era fundamental nas derrubadas das matas, construções de cercas e outras atividades braçais. Quando não havia mais necessidade dos trabalhos prestados pelos índios, os colonos e fazendeiros exigiam que fosse feita a retirada dos indígenas dos locais onde estavam instalados. O SPI - Serviço de Proteção ao Índio “aconselhava” os indígenas a se mudarem para a reserva. Quando estes resistiam, o próprio SPI era o encarregado em conduzir os índios até as reservas indígenas fazendo uso da força.

Desprovido de condições de sobrevivência, sem o território tradicional, alguns indígenas acabariam pedindo para se mudar para a reserva, seguindo os “conselhos” convincentes promovidos por funcionários do SPI e missionários para que se dirigissem às 'aldeias' onde tinham a garantia da proteção do Estado. (ALMEIDA, 2001, p.23).

Esses problemas que surgem na reserva é o ponto central para se compreender a não permanência de alguns grupos nelas, e conseqüentemente, o estabelecimento de formas alternativas de assentamento, que surgem como formas de resistência à reserva e uma possibilidade de vivência alternativa a ela. O processo de territorialização dos Guarani-Kaiowá obrigava esse povo, cujo território tradicional não tinha fronteiras delimitadas a se estabelecer em espaços reduzidos, com fronteiras fixas e delimitados com “cercamento” das fazendas. (BARBOSA DA SILVA, 2007, p.46)

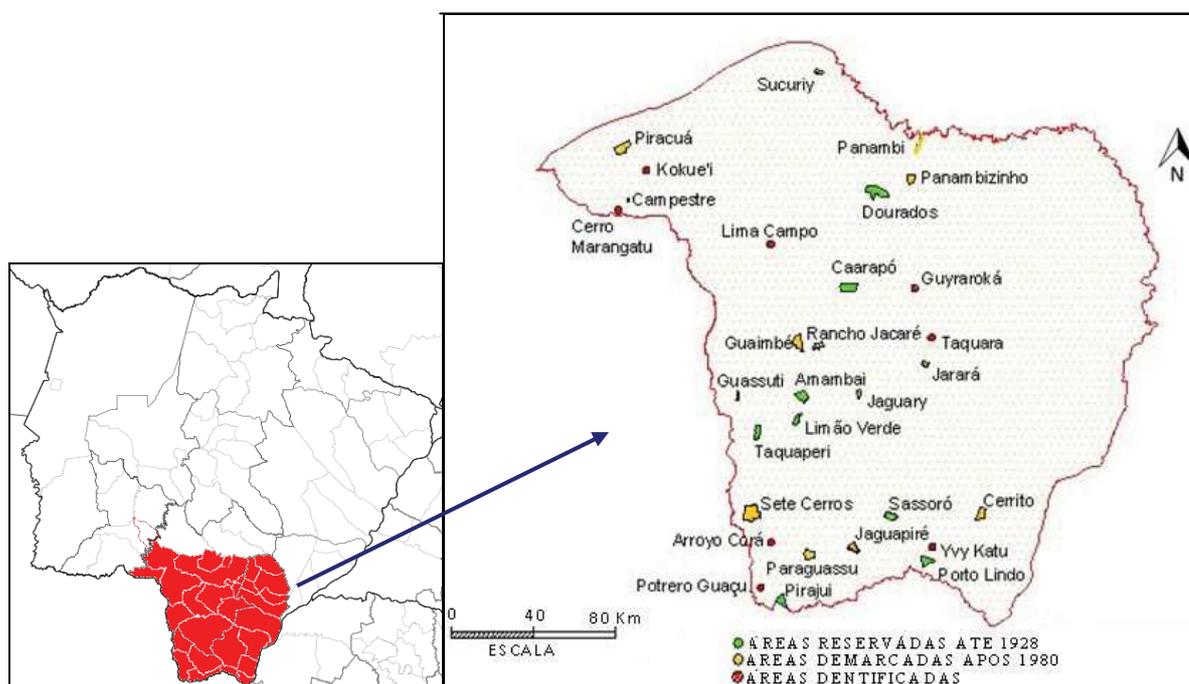
Dessa forma o índio Guarani-Kaiowá vai passando por um processo contínuo de mudança de identidade. Muitos não conhecem mais as tradições, costumes, crenças e nem fala a língua do seu povo. Adotam costumes e crenças dos povos dominantes, e se alinham com aqueles que lutam para suprir a necessidade de consumo cada vez mais diversificado e descartável, imposto pelo modo de produção capitalista.

Atualmente a população indígena de Mato Grosso do Sul que vivem em áreas demarcadas (aldeias e terras indígenas) está estimada atualmente em 72.000 índios das etnias Terena, Kinikinawa, Kamba, Ofaié, Guató, Kadiwéu, Atikum. Desse total, 41.500 é referente à população Guarani-Kaiowá. Não são incluídos nessa estatística, portanto, os povos indígenas que vivem fora das áreas demarcadas, em acampamentos urbanos, rurais, fazendas, ou mesmo em margens das rodovias, motivo que dificulta um censo exato sobre esta população. (MOTA, 2011 p.22)

---

<sup>20</sup> Segundo o cacique Astúrio: “*sarambi* é quando o índio Guarani-Kaiowá sai de seu *tekoha*, por imposição de pessoa de “fora”, deixando a família, parentes e amigos. Sai para trabalhar nas fazendas, ou morar na beira da estrada”.

A figura 03 mostra a localização das áreas indígenas Guarani-Kaiowá e Terena, na porção sul de Mato Grosso do Sul.



**Figura 03. Áreas indígenas Guarani- Kaiowá e Terena no sul de Mato Grosso do Sul.**

Fonte: Geoprocessamento do Programa Kaiowá/Guarani, NEPI, UCDB (2005). Extraído do site <http://www.neppi.org>

Adaptado por Garcete, 2012.

### 1.5.1. O Trabalho indígena “dentro” da reserva, e “fora” no setor sucroalcooleiro.

No que se refere ao trabalho nas sociedades indígenas na atualidade, cabe aos homens as tarefas relativas à caça, pesca, preparo dos roçados, construção das habitações.

Em se tratando do trabalho assalariado, realizado pelos indígenas cabe destacar que membros da comunidade empregam terceiros nas lides das roças, a FUNAI contrata funcionários indígenas. Além disso, alguns exercem funções remuneradas pelo Estado, tais como professores e agentes de saúde. Às mulheres cabem tarefas referentes à colheita dos produtos agrícolas, coleta, e os serviços domésticos. Todavia, faz-se importante salientar que, hoje também se empregam mulheres indígenas no trabalho assalariado. (HECK; MACHADO, 2011, p.21)

Na porção sul do Estado de Mato Grosso do Sul, região onde estão localizados os territórios tradicionais dos índios Guarani-Kaiowá, o agronegócio tornou-se um dos pilares do modelo econômico vigente. O poder econômico e político, associado ao capital transnacional

que financia o agronegócio protela o processo de demarcação das terras indígenas e ainda submete muitos indígenas ao corte de cana, no setor sucroalcooleiro. (Revista Carta Escola, n.º63, p.27, 2012).

Hoje o corte manual de cana-de-açúcar é uma atividade econômica “fora” da reserva, da qual a grande maioria dos indígenas auferem alguma renda. Sendo uma atividade penosa que reduz a vida útil do ser humano e, por vezes, o mata por exaustão. Atualmente cerca de 10 mil indígenas trabalham no corte da cana de açúcar em Mato Grosso do Sul. (HECK; MACHADO, 2011, p.21). Todavia, a mecanização do corte de cana resultará no fim dessa atividade que emprega indígenas no estado de Mato Grosso do Sul.

### **1.5.2. O movimento dos índios Guarani-Kaiowá pela recuperação das suas terras tradicionais.**

Conforme está descrito na Revista Carta na Escola n.º 63, 2012<sup>21</sup>, o movimento Guarani- Kaiowá pela recuperação das terras surgiu no início dos anos 80, no bojo do processo de redemocratização do país. Desde então, esse povo vem se preparando para o enfrentamento, na luta para preservar a sua cultura, o seu modo de vida e o seu território. As lideranças indígenas dos acampamentos e ocupações estão se mobilizando nas *Aty Guasu* para conhecer as leis, códigos e burocracias, na defesa de seus direitos, e na identificação e demarcação das terras indígenas. (LUTTI, 2009, p.91)

Há conflito de direitos que é também um conflito político e econômico. Assim, proprietários e indígenas buscam estratégias para conquistarem aliados. Os indígenas se fortalecem a partir da relação com órgãos públicos e entidades indigenistas que possam defendê-los e auxiliá-los neste processo, em especial o Ministério Público Federal e o CIMI – Conselho Missionário Indigenista. Já os produtores rurais se valem de parte da imprensa local e regional e tentam, por meio dela, representar de forma negativa toda a ação indígena que tenha por objetivo a reconquista de antigas áreas de ocupação tradicional. Os produtores contam ainda com advogados bem pagos que movem um grande volume de ações na justiça em defesa de seus direitos. (LUTTI, 2009, p.90)

---

<sup>21</sup> Revista Carta Na Escola : Mato Grosso do Sul – Faroeste Nativo: indígenas e fazendeiros em guerra pela disputa da terra. Edição n.º 63, Fev/2012.

## **CAPÍTULO II**

### **O ACAMPAMENTO DOS ÍNDIOS GUARANÍ-KAIOWÁ AS MARGENS DA RODOVIA BR 267: A PERSPECTIVA DE UM NOVO TERRITÓRIO**

A formação do acampamento indígena as margens da BR 267, a 30 km da cidade de Guia Lopes da Laguna, em frente às terras da Fazenda Santo Onofre, na Serra de Maracajú, se iniciou na década de 1980, com os índios Guarani-Kaiowá provenientes da Aldeia Jaguapiru e Bororó no município de Dourados; da Aldeia Piracuá, e do acampamento Guarani-Kaiowá localizado próximo a Fazenda Água Amarela, no município de Bela Vista; e da periferia da cidade de Maracajú, Guia Lopes da Laguna e Jardim, no estado de Mato Grosso do Sul.

#### **2.1. Local de Origem dos Guarani-Kaiowá Acampados e a Formação do Acampamento.**

A primeira moradora do acampamento, Dona Vicenta relatou que conheceu seu marido na “região” da Fazenda Água Amarela, onde ele transitava realizando trabalhos temporários e/ou como diarista em atividades braçais nas fazendas. Ela vivia com a família no acampamento em uma área a beira da estrada que dá acesso a Fazenda Água Amarela. Já seu marido nasceu na Aldeia Bororó e havia saído de lá ainda adolescente para trabalhar nas fazendas, porque não tinha condições de sobreviver dentro da aldeia e de lá tirar o seu sustento. Ele voltava de tempo em tempo para rever a família e os amigos. Com a dificuldade de trabalho na região foi saindo cada vez mais longe, e ficou difícil retornar, permanecendo no acampamento indígena próximo a Fazenda Água Amarela, onde conheceu outros indígenas e sua esposa Vicenta.

A entrevistada relatou ainda que seus pais nasceram na Aldeia Jaguapiru, no município de Dourados, lá se casaram e tiveram os primeiros filhos. Por causa de divergências com vizinhos e também devido à dificuldade em sustentar a família dentro da aldeia, saíram em busca de sobrevivência, percorrendo as fazendas em trabalhos diaristas, temporários, até chegar à “região” da Fazenda Água Amarela, onde já havia alguns indígenas Guarani-Kaiowá acampados. Dona Vicenta nasceu e permaneceu nesse lugar, até se casar.

Depois do casamento voltaram para a Aldeia Bororo, em Dourados e lá permaneceram por menos de um ano. Saíram de lá porque não encontraram meios de sobrevivência. Nesse

período já tinha a primeira filha que atualmente está com 29 anos. Depois que saíram da aldeia voltaram a morar às margens da rodovia BR 267 no acampamento, permanecendo nesse lugar até a remoção para a Aldeia Cerroy.

Segundo os relatos de Dona Vicenta, nesse período também se fixaram no acampamento as margens da rodovia BR 267, a família de sua irmã, dona Juliana, que teve 05 filhos todos nascidos no acampamento. Dona Juliana permaneceu acampada até a sua morte, ela está enterrada no cemitério do acampamento, onde estão enterrados oito índios Guarani-Kaiowá, todos parentes seus. Depois da morte de dona Juliana, seu marido o índio Valencio foi morar com familiares no município de Sidrolândia, aonde veio a falecer. Esse fato foi confirmado pela dona Tereza, a única filha de dona Juliana que ainda vive na Aldeia Cerroy.

Em 1988 chegou ao acampamento o índio Júlio, que exercia liderança atuando como líder religioso, Pajé e agente da cultura Guarani-Kaiowá. O índio Júlio relata que: Desde os 15 anos já exercia atividades de líder religioso e fazia remédio caseiro e tratava os doentes<sup>22</sup>. O mesmo relata ainda, que veio morar no acampamento a convite dos moradores, porque havia casos de doenças, e o povo acampado não tinha acesso ao tratamento médico na cidade. Quando o índio Júlio chegou ao acampamento, havia 13 famílias com morada fixa no acampamento<sup>23</sup>, do qual fazia parte outras cinco famílias que saíam para trabalhar nas fazendas e retornavam de tempos em tempos. A Foto 01 mostra Júlio participando das reuniões e das atividades culturais no acampamento.



**Foto 01 - Índio Júlio liderança religiosa Guarani-Kaiowá do acampamento na BR 267.**

Fonte: Extraída da gravação cedida pelo Prof. Me. José Vicente Dalmolin

<sup>22</sup> Conforme relato gravado pelo Prof. Dalmolin em 2002.

<sup>23</sup> A essa modalidade de acampamento Guarani-Kaiowá o índio Guarani-Kaiowá denomina de *jehuvy*, que significa “aqueles que se ajudam”.

O índio Júlio relatou que nasceu na Aldeia Panambizinho, no município de Douradina – MS. Essa aldeia tinha como líder um indígena Guarani-Kaiowá conhecido como João Carapé. Júlio afirma: “Eu saí da aldeia na idade de 12 anos, meu pai morreu, minha mãe morreu, toda família morreu. Morreu de doença, nós não sabia, uma doença que aconteceu, a tal da tuberculose, não existia essa doença”. Desde então, Júlio “passou” por diversas aldeias e acampamentos, e fez parte do movimento dos indígenas para reconhecer terras indígenas e participa da *Aty Guasu* dos líderes indígenas Guarani-Kaiowá. Já esteve em Brasília com lideranças indígenas reivindicando o direito do seu povo. Quando foi convidado a morar no acampamento a beira da BR 267, o índio Júlio estava morando na Aldeia Jaguaqui no município de Douradina.

Aos poucos o acampamento às margens da rodovia BR 267 foi aumentando, com o nascimento dos filhos de dona Vicenta, de dona Juliana e também com a chegada e formação de outras famílias Guarani-Kaiowá.

Todas as famílias construíram suas casas, conforme demonstrada na Foto 02, usando recursos da natureza tais como a folha do *bacurí*, do *sapé*, como estruturas da cobertura usavam varas de madeiras e as paredes eram feitas de troncos de coqueiros *bocaiúva*, rachada ao meio, todas essas plantas são encontradas no lugar onde fixaram acampamento. Usavam também plástico para revestir a cobertura, contribuindo para diminuir os efeitos da chuva e frio. Construíram a casa de rezas, e praticavam a religião, os rituais e os costumes tradicionais dos Guarani-Kaiowá. As moradias e plantações eram distribuídas em uma extensão de três quilômetros de comprimento, no lado direito da rodovia, no sentido Guia Lopes da Laguna a Maracajú.



**Foto 02 - Casas dos índios Guarani-Kaiowá acampados as margens da rodovia BR 267**

Fonte: Extraída da gravação cedida pelo Prof. Me. José Vicente Dalmolin

Até o ano de 1997, todas as crianças do acampamento estudavam na fazenda Santo Onofre. Depois desse período passaram a estudar nas escolas da cidade de Guia Lopes da Laguna, sendo transportados em ônibus escolares disponibilizados pela Prefeitura Municipal até as escolas.

## **2.2. Condições de Vida e Produção no Acampamento.**

Os limites laterais eram as cercas da fazenda e a rodovia, numa largura aproximada de 30 metros. Uma fazenda próxima ao acampamento fornecia água para consumo. Por causa da dificuldade do transporte da água até o acampamento, construíram um “poço de balde”, suprimindo a necessidade de água do acampamento. Outros recursos como lenha e remédios eram retirados das árvores as margens da rodovia e também da mata da fazenda próxima.

Durante o período em que permaneceram acampados, praticaram a agricultura de subsistência com a plantação de mandioca, batata, mamão, feijão andu, abóbora e melancia nas terras as margens da rodovia. O excedente da produção, principalmente mandioca, era vendido às margens da rodovia. Os recursos provenientes dessas atividades eram usados para a complementação da alimentação e outras necessidades básicas, como produtos comprados na cidade de Guia Lopes da Laguna e Jardim. Há que se destacar que a produção de excedentes era mínima, dada à limitação da área disponível para a plantação. Por isso vários homens e mulheres passaram a trabalhar como diaristas nas fazendas vizinhas para complementar a renda, retornando no final do dia, ou permanecendo nas fazendas por alguns dias e só depois voltando ao acampamento.

Por não disporem de terra suficiente para o cultivo de suas lavouras, as famílias dessa comunidade viviam em situação de extrema penúria. Não contavam com a assistência institucional da FUNAI e FUNASA, nem participavam do programa de segurança alimentar. Recebiam apenas a ajuda de algumas entidades e pessoas da sociedade do município de Guia Lopes da Laguna, tais como cobertores, roupas usadas, móveis usados, utensílios domésticos e comida, mas sem um caráter oficial. Ou seja, essas doações eram esporádicas e nem sempre supria as necessidades de todos. Em termos de ações do poder público verifica-se a ausência de políticas públicas por que as condições de vivência dos acampados contrariam a política do Estado, a qual só presta assistência institucional somente aos índios que vivem em reservas.

### 2.3. A Escolha do Local do Acampamento: Identificação Com o Lugar.

Nas entrevistas com os índios Guarani-Kaiowá acampados, investigamos os motivos da escolha do acampamento naquela localidade. Verificamos que a escolha não ocorreu ao acaso. Os motivos foram os fortes sentimentos de identificação com o lugar onde fixaram o acampamento, a qual tem a ver com a natureza do espaço ocupado, considerando as plantas existentes na região utilizadas como medicamentos e alimentos; a possibilidade da caça e também da produção de alimentos através da agricultura.

Afirmaram também que o território está localizado em uma região conhecida como parte do *tekoha guasu* ocupada no passado por seus ancestrais. Conforme a afirmação da índia Tereza, que esclarece: “Minha mãe falava que nesse lugar tinha uma antiga estrada dos índios Guarani-Kaiowá, que ia até um antigo *tekoha guasu*, que ficava por aqui, e era chamado de *Itávera’i*, que quer dizer pedrinha brilhosa”.

A escolha do acampamento passa pelo processo de busca de um lugar onde possam viver de acordo com o seu sistema social e cultural. Um lugar onde possam resgatar e dar continuidade às formas tradicionais de vivência, principalmente no que se relaciona à cultura e religião. A terra para os índios nesse contexto tem uma conotação que vai além do lugar onde vivem e tiram o sustento, ela faz parte da vida social, cultural e espiritual dos índios Guarani-Kaiowá. Para que o índio possa viver em paz, constituir família, e praticar a sua religião e o seu modo de vida tradicional é preciso ter o seu *tekoha*.

A terra é para o Guarani- Kaiowá a sustentação de sua identificação étnica e um elemento essencial para sua vida. O uso da terra para ele tem um sentido comunitário, sem fins especulativos. Essa concepção permite que as comunidades permaneçam por várias gerações dentro de um mesmo espaço relativamente reduzido desenvolvendo uma economia de reciprocidade não acumulativa. O território tradicional Guarani-Kaiowá é o centro de suas necessidades e está dividida em três regiões distintas: da casa e terreiro; de plantio; e de perambulação, caça e pesca.

Júlio afirma ainda que: “Nosso Pai nos colocou aqui na serra prá trabalhar junto com nosso povo, o povo Guarani-Kaiowá gosta de trabalhar na terra, de plantar, precisa tirar da terra o seu remédio. Não se pode chegar ao mato retirar o remédio da planta e tomar, o índio Guarani-Kaiowá vai rezando e tira a planta e volta rezando tocando o *mbaracá*<sup>24</sup> até preparar

---

<sup>24</sup> Segundo o cacique Astúrio: “É um instrumento (*chocalho*) feito de *porunga*, um instrumento que é usado para a comunicação com o *Nanderú Guasu* – Nosso Grande Pai.”

o remédio”. Pois acreditam que “quando a casca da árvore retirada para remédio se reconstituiu, a pessoa doente sara”.

Segundo dona Vicenta, naquele contexto o índio recorre à tradição do seu povo quando tem problemas de saúde na família. Eles recorrem então, aos remédios caseiros de plantas medicinais usados pelo seu povo, tais como Para-tudo, Chico Magro, Sucupira, Tarumã, Algodão Nativo e outros. Com essa prática consegue resolver os problemas mais comuns como dor de barriga e estômago, infecções por acidente, picadas de cobras e insetos, amarelão, anemia e problemas decorrentes da menstruação, do parto e pós-parto.

Nas festividades e rituais, todos usavam roupas com misturas de indumentária indígena. Bebiam a *chicha* para comemorar e se alegrar. Entre os rituais praticados destacamos o Canto de Agradecimento; o Ritual da Dança da Colheita, no qual agradeciam pela produção do alimento; e o Ritual da Cura de Doença. No acampamento tinha muitas crianças, todos falavam o guarani. Júlio ensinava a essas crianças e aos adolescentes as brincadeiras infantis indígenas, cantos e danças. Ele contava histórias para as crianças e adolescentes, sendo que em uma delas contava que todos os animais falavam no passado. “Daí nosso Pai os entregou ao domínio dos índios para servir de alimentos, então, pararam de falar. Por isso devem ser respeitados, por que esses animais pertencem a nosso Pai, então devem ser pedido a ele para ser caçado e usado na alimentação”.

Na Foto 03 percebe-se o esforço de Júlio para transmitir a cultura, crença e os rituais para os índios Guarani-Kaiowá no acampamento.



**Foto 03 – Danças e rituais dos Índios Guarani-Kaiowá acampados as margens da BR 267**

Fonte: Extraída da gravação cedida pelo Prof. Me. José Vicente Dalmolin

O acampamento dos índios Guarani-Kaiowá, as margens da rodovia BR 267, configuravam uma comunidade étnica e política, dada a organização de seus membros em termo de um objetivo comum: de (re) encontrar o território tradicional de seus antepassados. O sentimento da comunidade se configura na afinidade com o local escolhido para o acampamento, lugar onde de alguma forma se sente familiarizado e em harmonia com a natureza e com o sobrenatural. Para refletir acerca dessa questão da identidade e de recomposição dos territórios nos remetemos a Costa<sup>25</sup> quando este destaca que:

A força da identidade entre muitos grupos [...] é um dos principais fatores responsáveis pela coesão mantida pelo grupo, mesmo longe de seu território de origem. Isto faz com que muitos, ao contrário do discurso corrente da desterritorialização, acabem se envolvendo em processos claros de reterritorialização, ou seja, de recomposição de seus territórios e outras bases [...] (COSTA, 2004, p. 40).

Mesmo vivendo em situação de absoluta precariedade, existia uma clara esperança e fé na (re)construção de seu território e no (re)encontro com suas tradições, crenças, culturas e costumes, enfim, o (re) encontro com a sua própria identidade.

#### **2.4. A Saída das Reservas e Aldeias Demarcadas Pelo SPI: Motivos; Conseqüências e Alternativas.**

A retirada contra a vontade dos índios Guarani-Kaiowá, de seu *tekoha*, ou seja, de seu território tradicional, mediante a imposição do SPI – Serviço de Proteção ao Índio, para o processo de (re)territorialização nas reservas e aldeias criadas pelo Estado, com área delimitada e reduzida, não está relacionada apenas a perda do território tradicional. Implica perdas de contatos com parentes, amigos, que não aceitaram a sua remoção até as reservas, ou a abandonaram depois. As relações de lugares, de valores, de cultura e tradição passaram por bruscas modificações em decorrência do processo de (re)territorialização em um novo lugar com novas relações com as paisagens desse novo lugar: cheiros, gostos, sabores e ventos diferentes.

O domínio e imposição dos grupos dominantes, que são responsáveis pelo processo de (re)territorialização dos Guarani-Kaiowá impõem novos costumes, crenças, tradições e modo

---

<sup>25</sup> Apesar de o autor discutir essa questão na perspectiva dos grupos migrantes e não especificamente dos indígenas nos ajuda a pensar sobre a força da identidade do povo Guarani-Kaiowá na recomposição de seu território.

de produção. O contato com os moradores da região provoca estranhamentos e conflitos com fazendeiros e autoridades nos arredores do “novo território”.

Através das informações fornecidas durante a entrevista, pelos moradores mais idosos e liderança do acampamento, entendemos que nas reservas indígenas de onde vieram os índios Guarani-Kaiowá, que vivem acampados as margens da rodovia BR 267, ocorriam graves problemas como número elevado de pessoas em pequenas áreas; extinção das matas e consequente faltas de lenhas; escassez de alimentos, devido o espaço de cultivo ser insuficiente para a subsistência da população da aldeia; falta de condições para combater as pragas da lavoura e recuperar o solo cansado por falta de nutrientes; confinamento territorial e conflitos pela posse da terra entre os povos Terena e Guarani-Kaiowá que conviviam nas mesmas aldeias.

Outros fatores importantes foram a degradação do solo, perda da biodiversidade e poluição dos córregos e nascentes. Essas mudanças ocorreram por que não havia mais matas para realizar a rotação de culturas, através das derrubadas de novas áreas e o “descanso da terra” usado na plantação tradicional dos índios Guarani-Kaiowá. Hoje o plantio só é possível com a preparação mecanizada do solo e uso de defensivos. A dificuldade de acesso a assistência técnica e apoio governamental complementam todos os fatores citados nesse parágrafo, que se relaciona com a saída do índio da aldeia.

Nos depoimentos registrados no vídeo, o índio Júlio afirma também que a maioria dos índios deixou as aldeias por motivos que vão além dos problemas de sustento da família, ou seja, divergências com vizinhos, doenças ou falecimento de parentes. Destaca também a imposição das culturas, das igrejas e dos costumes dos brancos. Neste sentido Júlio afirma que: “Vi na aldeia muitos brancos com documentos de índio, mandando nos índios, índio que quer manter tradição sai fora”.

Durante as entrevistas com os índios esses fatos foram citados e confirmados por muitos: “A reserva não é mais lugar bom pro índio morar, tá cheio do costume e coisas do branco lá”. Segundo os relatos dos índios mais idosos, que viviam nas reservas: “Os índios mais jovens de lá não respeitam mais os costumes, e nem a religião tradicional”. A violência e os maus costumes assustam e causam indignação aos moradores que defendem o modo tradicional de vida dos Guarani-Kaiowá.

Outro problema que elevam a estatística da saída dos índios das reservas é o emprego de trabalho indígena no corte de cana-de-açúcar em decorrência dos problemas relacionados à falta de assistência técnica, de insumos e sementes e de terra disponível para a manutenção das famílias dentro das aldeias.

As transformações que vem ocorrendo em decorrência da dinâmica do modo de produção capitalista em toda a sociedade e sua (re)organização social, cultural e econômica, também se apresentam na vida dos índios Guarani-Kaiowá. São novas estratégias de sobrevivência, “desligando-os” da vida da reserva, fazendo com que as suas buscas sigam outras tendências, como melhorar a educação ea saúde e ter uma profissão fora da aldeia ou da reserva.

A saída de muitos índios Guarani-Kaiowá das aldeias e reservas criadas pelo SPI, acalenta o sonho de retorno ao seu *tekoha*, ao seu território tradicional, lugar onde acreditam que se (re)encontrarão com suas origens, seu modo de vida tradicional, suas crenças e tradições. No entanto deparam com outra realidade, no seu antigo território tradicional, no seu *tekoha*, estão instaladas fazendas “produtivas”, produzindo grãos, cana-de-açúcar e gado. Percebem que não podem mais ocupar esses territórios, então, formam acampamentos as margens das rodovias, nas proximidades desses territórios como forma de luta de resistência a negação de seus direitos étnicos, existências e territoriais, entrando em conflito com os fazendeiros.

A partir da situação histórica analisada no acampamento dos índios Guarani-Kaiowá compreende-se como ocorre a decisão desse povo em acampar as margens de estrada, ou reocupar áreas que consideram seus *tekoha*. Com a formação dos acampamentos ocorre a resistência no sentido de preservar e/ou resgatar sua identidade, através da língua, da crença e do *tekoha*.

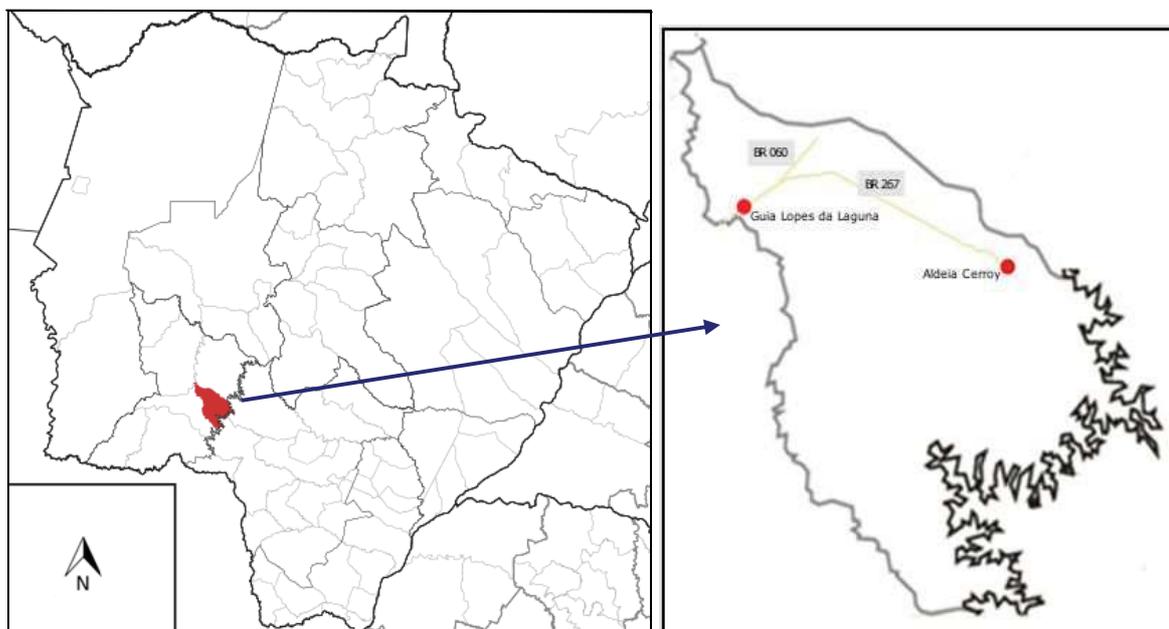
No acampamento são conscientes da condição de marginalizados, por não viver nas reservas, sendo vistos como índios “desaldeados”. Essa condição exclui o índio dos programas implantados pelo Estado. Nessa condição não tem acesso a recursos oferecidos pelo Governo Federal e do estado, tais como cestas básicas, bolsa família, escola, atendimento da FUNASA, oferecido apenas nas reservas ou nas áreas indígenas legalmente reconhecidas.

Além disso são mal vistos por parte da sociedade que vê os índios Guarani-Kaiowá acampados na condição de “desaldeados” como subversivos, que causam problemas para os fazendeiros, uma ameaça ao processo produtivo das fazendas e do estado, propensos a invadirem “terras produtivas”. Nas aldeias é propagada a ideologia: “O índio “desaldeado” é aquele que não quer morar na aldeia, por isso não merece confiança do seu povo, que são conhecedores que o lugar de índio é na aldeia”. (LUTTI, 2009, p.107)

### CAPÍTULO III

#### A FORMAÇÃO DA ALDEIA CERROY

Os índios Guarani-Kaiowá permaneceram acampados as margens da rodovia BR 267, em frente às terras pertencentes à Fazenda Santo Onofre, da década de 1980 a 2008. Ainda no ano de 2008, os mesmos foram transferidos pela FUNAI, para uma área de 22 hectares, conforme localização demonstrada na Figura 4. Essa área foi adquirida mediante uma extensa negociação que persistiu do ano de 2006 a 2008, entre o proprietário, o procurador do MPF - Ministério Público Federal, antropólogo do MPF, representantes da FUNAI e dos índios Guarani-Kaiowá na época.



**Figura 04. Localização da Aldeia Cerroy**

Fonte: Base extraída de [www.mapasparacolorir.com.br](http://www.mapasparacolorir.com.br)

Adaptado por Garcete, 2012.

O proprietário da Fazenda Santo Onofre afirmou que mediante as negociações e pressões dos representantes do MPF e FUNAI doou essa área de 22 hectares, parte da Fazenda Santo Onofre, na divisa com as terras do fazendeiro Francisco Ferreira, conhecido como Chico Ferreira. A FUNAI trouxe um topógrafo de Cuiabá, para a medição da área, a qual a partir de então foi entregue para os índios Guarani-Kaiowá que viviam no acampamento as margens da rodovia BR 267.

No período em que ocorreram as negociações essa área da propriedade estava em processo de inventário, por isso não foi possível a concretização da documentação. Segundo o proprietário da Fazenda Santo Onofre: “A doação da terra se deu mediante um procedimento administrativo do MPF de Dourados, agora que o inventário está pronto, eles têm a obrigação de regularizar a documentação. Escolhi aquela área por que tem mina d’água, uma parte da terra de mata e outra desmatada. A única exigência que fiz na época foi à instalação de água e luz para os índios.”<sup>26</sup>

Na área cedida foi criada uma aldeia, denominada Aldeia Cerroy. A criação da aldeia sob a coordenação da FUNAI e das lideranças Guarani-Kaiowá do acampamento.

### **3.1. As *Aty Guasu* Promovidas Pelas Lideranças Guarani-Kaiowá e Instituições que Defendem os Direitos Indígenas.**

As lideranças indígenas Guarani-Kaiowá das Aldeias Nhuverá, Bororó, Jaguapiru e outras aldeias da mesma etnia e também de outras etnias da região da grande Dourados, se reúnem periodicamente com o objetivo de entender processo que envolve as questões fundiárias nas *Aty Guasu*, ou “grande reunião”. Nessas reuniões são compartilhados os conhecimentos entre os seus membros; aprendem como funciona o processo de demarcação de suas terras; e como registrar as reclamações ou reivindicações das comunidades no Ministério Público Federal, procurando serem assessorados pelos analistas periciais e antropólogos do órgão, entidades e instituições que defendem os direitos indígenas. Essas reuniões despertam o interesse das lideranças nos processos burocráticos e administrativos relacionados ao trabalho de identificação e demarcação das áreas indígenas. As *Aty Guasu* também servem para a discussão sobre as questões sociais, culturais e religiosas do povo Guarani-Kaiowá.

O grupo teve os primeiros contatos com as *Aty Guasu*, da região da grande Dourado em 1988, quando ainda viviam na forma de acampamento através do líder indígena Guarani-Kaiowá Júlio, que conhecia os direitos indígenas; a localização de algumas áreas tradicionais indígenas e os costumes, tradições e a religião do seu povo.

Com a chegada de Júlio, o acampamento passou a ter um líder. A sua liderança foi exercida ao longo de sua permanência no acampamento, como ele afirma:

---

<sup>26</sup> Conforme as explicações do fazendeiro, ele fez essa exigência por que os índios tendo água em sua aldeia, não precisam entrar na fazenda para retirar água, e tendo energia elétrica deixarão de usar fogueiras para

Nós não temos nada, nós precisa só de saúde e nosso Pai dá alegria prá nós, só isso. Hoje não temos terreno, não temos terra. Família passando fome. Por outro lado, nós não aceita gente chegando aqui falando de nós, oferecendo terra de reserva. Porque aqui já estamos sofrendo e ir do outro lado prá sofrer de novo, ninguém vai aceitar isso, prá aldeia nós não volta.

Júlio reclama da falta de terra disponível para atender as necessidades dos acampados afirmando: “Nosso Pai colocou o índio aqui na terra prá nós trabalhar conjunto com gente branca. Colocou a terra, colocou o povo. A terra é de todos.” Júlio também questionava a falta de assistência a saúde; e a dificuldade de atendimento a qualquer tipo de problema por parte dos órgãos públicos do município de Guia Lopes da Laguna, nos órgãos estaduais e na FUNAI. Ele afirma que durante o acampamento com todos os órgãos públicos que entrara em contato na busca de ajuda, inclusive a FUNAI, afirmavam que não podiam ajudá-los nas condições de acampados, pois “lugar do índio é na aldeia, onde ele recebe o auxílio do Estado. Fora da aldeia o índio tem que se virar por conta própria”. O índio Júlio disse que ouviu o funcionário da FUNAI falar: “O índio desaldeado eu não atendo. Índio tem que morar na aldeia. Aldeia é lugar de índio”.

Como destacamos anteriormente a presença do líder indígena Júlio no acampamento fortaleceu a identidade cultural e religiosa do agrupamento e também os desejos de encontrar o *tekoha* dos Guarani-Kaiowá que viviam no acampamento. Isso despertou a atenção dos fazendeiros e políticos contrários à demarcação de terras indígenas. A partir dessas constatações ele passou a sofrer pressões e ameaças, sendo obrigado a abandonar o acampamento em 2006. Depois de algum tempo a casa de reza e a casa de algumas famílias indígenas do acampamento foram incendiadas. A causa do incêndio nunca foi esclarecida, se foi acidental ou provocada.

Durante as nossas entrevistas com os índios provenientes do acampamento, percebemos a importância e colaboração prestada pelo líder indígena Júlio. Os mais antigos ainda lembram-se dele com muito respeito. Procuramos saber com as lideranças da aldeia se sabiam onde o líder indígena Júlio estava morando, todos disseram que não sabiam. No entanto percebi que havia certa desconfiança que impedia a revelação do paradeiro dele. Depois de muitas conversas, consegui com a esposa do cacique Astúrio, a informação de que Júlio vivia na Aldeia Sucuriy, com a esposa Idalina, mas recentemente se separaram e ele “foi embora” e não sabem onde está morando.

---

iluminar durante a noite, evitando assim focos de incêndios na área da fazenda. Sendo assim, não seria mais

Depois da saída de Júlio do acampamento, surgiu um novo líder, no entanto a sua liderança logo foi questionada por todos, porque “bebia e brigava muito”. Em 2006 o agrupamento comunicou o problema na *Aty Guasu* de Dourados, então foi decidido que o índio Astúrio seria o novo líder do acampamento.

Astúrio vivia na Aldeia *Piracua*<sup>27</sup>, com a sua família. A esposa de Astúrio disse que tinham 06 vacas leiteiras, criação de galinhas e “roça com fartura”. Venderam tudo para vir morar no acampamento a pedido das lideranças indígenas Guarani-Kaiowá na reunião do *Aty Guasu* de Dourados.

Atualmente o cacique Astúrio vive com a família na Aldeia Cerroy, conforme mostra a Foto 04, ele é o líder das questões políticas, sociais e culturais da aldeia, e conta esporadicamente com a ajuda do “rezador” Lourenço nas questões religiosas por que Lourenço mora fora da Aldeia Cerroy. Para resolver esse problema foi cedida uma área dentro da aldeia para que o índio Lourenço possa construir a sua casa e fazer a sua lavoura.



**Foto 04. Cacique Astúrio, esposa, filha, nora e neto, na Aldeia Cerroy, em 2012.**

Fonte: Garcete, 2012

---

importunado tendo sua propriedade invadida pelos índios.

<sup>27</sup> Segundo o cacique Astúrio, a Aldeia Piracua está situada no município de Bela Vista as margens do Rio Apa.

Na *Aty Guasu* da Aldeia Jaguapiru ficou decidida a vinda mensal de outro “rezador” para a Aldeia Cerroy, para contribuir com o Cacique Astúrio e com o “rezador” Lourenço, nas questões culturais e religiosa. Foi escolhido o líder espiritual Guarani-Kaiowá Getúlio, grande conhecedor da cultura, tradição e religião do seu povo. Conforme a fala da esposa do cacique: “Ele é um rezador das antigas, por isso tem o respeito de todos”. O líder espiritual Getúlio vem a cada mês a Aldeia Cerroy acompanhado por trinta a quarenta índios todos Guarani-Kaiowá, das aldeias Jaguapiru e Bororó. São conhecedores e praticantes da cultura, tradição e religião do seu povo. Durante a estadia de Getúlio na aldeia são realizados rituais, rezas e danças tradicionais.

### **3.2. O Processo de Transferência do Acampamento e Distribuição das Terras na Aldeia Cerroy.**

Na Aldeia Cerroy existem 15 famílias indígenas Guarani-Kaiowá, distribuídas em uma área de terras desmatadas de aproximadamente 15 hectares. Os 7 hectares restantes são de matas nativas, conforme demonstrada na Figura 05. Em breve serão 16 casas, pois uma área esta reservada para o “rezador” Lourenço, esposa e um filho de um ano de idade que em breve vão se mudar para a aldeia. Também há um cemitério onde estão enterrados três índios Guarani-Kaiowá.

As casas são interligadas por trilhas denominadas de *tape po’i*, descrita na Foto 05, que servem de comunicação entre as famílias, fortalecendo as relações comunitárias e possuem distância média entre si de 100 metros.



**Foto 05. Trilhas - *tape po’i*, que servem de comunicação entre as famílias.**

Fonte: Garcete, 2012



**Figura 05. Aldeia Cerroy localizada as margens da rodovia BR 267**

Fonte: <http://br.bing.com/maps>

Cada família utiliza um hectare para a plantação de milho, mandioca, feijão, feijão andú, banana, abóbora, batata-doce, hortaliças, plantas medicinais e criação de galinhas. A Foto 06 mostra uma lavoura de mandioca e banana que como todas as lavouras da aldeia são muito bem cuidadas, comprovando que os índios Guarani-Kaiowá são excelentes agricultores.



**Foto 06. Lavoura de mandioca e banana do índio Ramão, na Aldeia Cerroy.**  
Fonte: Garcete, 2012

As margens da estrada que liga a rodovia BR 267 a Pousada Canindé, nos limites das terras de Chico Ferreira estão localizadas seis casas, inclusive a casa demonstrada na Foto 07, do Cacique Astúrio que vive com a esposa e quatro filhos.



**Foto 07. Casas do Cacique Astúrio , na Aldeia Cerroy.**  
Fonte: Garcete, 2012

A margem da rodovia no sentido Guia Lopes da Laguna a Maracajú existem duas casas. A primeira casa é da dona Vicenta, que vive com a filha Juci de 17 anos de idade. A Foto 08 mostra duas casas do outro lado da *tape po'i* as margens da mata, onde estão localizadas mais cinco casas no sentido dos fundos para frente (rodovia).



**Foto 08. Casas dos indígenas as margens da mata, na Aldeia Cerroy.**

Fonte: Garcete, 2012

### **3.3. As Mudanças na Vida dos Índios Guarani-Kaiowá a Partir da Constituição da Aldeia Cerroy.**

Como já foi informado anteriormente, enquanto viviam no acampamento as margens da rodovia BR 267, os índios Guarani-Kaiowá não recebiam ajuda oficial da FUNAI e da FUNASA, e de nenhuma entidade pública ou privada. No entanto, representantes da FUNAI mantinham contatos com o acampamento, a cada visita que ocorreu durante as negociações com o proprietário da Fazenda Santo Onofre, os representantes da FUNAI traziam cestas básicas e lonas plásticas para cobertura das casas. As ajudas eram informais, muitos alegaram que recebiam de vez em quando cesta básica, roupas usadas, utensílios domésticos e móveis usados das instituições e pessoas da comunidade de Guia Lopes da Laguna. Todavia essas ajudas não supriam as necessidades. Além disso, amaneira que viviam com pouca terra para a plantação e nenhuma assistência para a mecanização do solo, a produção era mínima, não sendo suficiente para a sobrevivência. Por isso, os pais de família saíam para trabalhar nas fazendas catando pedras nas terras aradas, colhendo milho, roçando pastagens e plantando cana-de-açúcar nas fazendas da região.

Durante a liderança do índio Júlio, este recorreu a diversos órgãos solicitando ajuda e sempre recebeu a mesma resposta: “Lugar de índio é na aldeia, eu não atendemos índios desaldeados”. A índia Tereza, durante as entrevistas revelou que houve vários casos de doenças entre os acampados, que precisava cuidados médicos. No entanto, o atendimento era precário, não havia como remover os enfermos com ambulância e quando iam à cidade em busca de tratamento também encontravam muita dificuldade. Sobre a questão da saúde, Júlio

afirmava: “A criança quando fica doente, a mulher, mãe da criança fica na beira da estrada esperando carona e a criança morre, assim morreu muitas crianças”.

Ainda no acampamento o líder Júlio reunia os índios adultos e os instruía a respeito dos direitos dos povos indígenas. Júlio viajava para participar do *Aty Guasu* nas aldeias de Dourados e trazia esperanças para os acampados dizendo que em breve teriam um lugar onde todos poderiam viver, plantar e criar os filhos. Ocorreram também algumas reuniões no acampamento com lideranças indígenas das aldeias de Dourados, da CIMI – Conselho Indigenista Missionário e também da FUNAI. A cada reunião acendia uma chama de esperança, as famílias sonhavam com um *tekoha*, onde poderiam viver em paz.

Em 2006, o índio Astúrio chegou ao acampamento com toda a sua família: filhos, noras, netos e o sogro, totalizando dezoito índios Guarani-Kaiowá, provenientes da Aldeia Piracuí. Astúrio veio a pedido das lideranças indígenas após uma reunião dos representantes dos acampados numa *Aty Guasu* em Dourados. A vinda de Astúrio foi importante para a organização do acampamento e também para o resgate da cultura, tradição e religião que havia ficado sem um líder depois da saída do índio Júlio.

No início de 2008 os acampados receberam a visita da FUNAI, que fez uma reunião com todos informando que o fazendeiro proprietário da Fazenda Santo Onofre, aceitou doar uma área de 22 hectares para a criação de uma aldeia. O índio Astúrio cacique do acampamento e funcionários da FUNAI foram encarregados de dividir a área entre as famílias. Durante o processo de negociação da área cedida e implantação da aldeia algumas famílias abandonaram o acampamento mudando-se para a cidade. Como é o caso do índio Roque e a esposa Leni, do índio Ordilei que separou da mulher, ela foi embora com os seis filhos para a Aldeia Aroeira em Rio Brillhante e ele foi trabalhar nas fazendas e não retornou mais a aldeia; do índio Nivaldo, a esposa e dois filhos foram morar e trabalhar em uma fazenda perto de Maracajú; o índio Júnior, a esposa e um filho e o índio Adilson que era agente de saúde, foram morar na cidade de Guia Lopes da Laguna; A índia Andréia, filha da dona Vicenta, foi morar em Jardim - MS, com as duas filhas. Ao todo foram embora 21 índios nascidos no acampamento as margens da rodovia. Ainda no ano de 2008 todos os acampados se mudaram para a área doada, a qual recebeu o nome de Aldeia Cerroy.

Todas as famílias têm a sua lavoura e criação de aves, conforme mostra a Foto 09. Quando algumas famílias ficam sem uma das plantas que servem como base da sua alimentação recorre aos vizinhos. A índia Tereza afirma que: “Já faz tempo que acabou a minha mandioca, batata e feijão, por isso eu peço para os vizinhos até eu ter de novo”. Percebemos que existe uma solidariedade cultural entre os Guarani-Kaiowá, moradores da

aldeia, as lavouras são separadas, mas, cada família vai suprindo a necessidade uma da outra conforme a disponibilidade de cada família.



**Foto 09. Criação de aves e lavoura de mandioca, na Aldeia Cerroy.**

Fonte: Garcete, 2012

### **3.3.1. A mata como referencial dos costumes indígenas.**

Os sete hectares de mata da aldeia servem para o fornecimento de lenha, de madeiras, palmeiras e sapé para construção de casas e instalações para criações de aves. Confrontando com a mata da aldeia, existe uma ampla mata nativa, que pertence a Fazenda Santo Onofre, nessas áreas de matas os índios Guarani-Kaiowá encontraram a possibilidade de reproduzir uma das características mais marcante nas suas atividades econômica/cultural que é a prática da caça. “Nos finais de semana e quando estamos sem serviço fora vamos à mata caçar”. Falam com orgulho que já caçaram cateto, tatu galinha, tatu peba, capivara e paca nas matas.

Waldo, o filho do cacique é um dos caçadores, ele fala que usa arco e flecha feita por ele mesmo como arma de caça. O seu avô o índio Olimpio afirma que a caça com arco e flecha deve ser praticada por todos os caçadores da aldeia, para preservar a tradição do seu povo.

O cacique Astúrio disse que na Fazenda onde estava trabalhando, as plantações de milho foram invadidas por javalis que proliferaram na região a partir de uma criação em cativeiro desativada de uma fazenda. Alguns javalis escaparam desse cativeiro na fazenda e procriaram tornando-se um problema na região que vai de Maracajú a Rio Brilhante. Astúrio afirma que recebeu autorização do fazendeiro para caçar esses javalis. Quando está trabalhando nessa fazenda aproveita as “horas vagas” para caçar os javalis.

Waldo o filho do cacique disse que: “Na mata existem outras coisas que os índios gostam de fazer. A mata é um lugar bom prá andar, a gente caça, come mel, frutas, tira remédio e lenha que precisa e toma banho no Rio Canindé”.

### **3.3.2. Os povos indígenas e as políticas públicas.**

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo ordenamento jurídico no Brasil, reconhecendo a sociedade brasileira como sendo pluriétnica e multicultural. Desde então, tornou-se necessário fazer as políticas públicas se direcionar pelo respeito e pelo atendimento aos direitos diferenciados. Cada um dos milhares de grupos e comunidades existentes dentro do território brasileiro pode e deve hoje receber o atendimento diferenciado pelos Poderes Públicos em níveis federal, estadual e municipal, naquilo que estiver em sintonia com seus usos, costumes e valores consuetudinários (tradicionais) específicos. (ATHIAS, 2005, p.02)

A partir da Constituição Federal de 1988 os povos indígenas podem constituir-se como cidadãos etnicamente diferenciados, no entanto a constituição não garantiu, ainda, a inclusão das comunidades étnicas a uma participação plena nas políticas públicas de desenvolvimento, em que estas, possam exercer plenamente seus direitos. (ATHIAS, 2005, p.02)

### **3.3.3. A criação da Aldeia Cerroy e as condições assistenciais.**

Mesmo sem a participação plena nas políticas públicas, os índios da Aldeia Cerroy passaram a receber atendimento pelos Poderes Públicos em níveis federal, estadual e municipal. Os índios que eram acampados e atualmente na condição de “aldeados” passaram a receber assistência da FUNAI, da FUNASA e do governo do estado. A FUNAI passou a fornecer sementes, óleo diesel e cesta básica mensal.

A FUNAI conseguiu implantar o Programa Nacional de Universalização do Acesso ao Uso de Energia Elétrica, conhecido como LUZ PARA TODOS, o qual que foi instituído pelo Governo Federal através do decreto 4.873, de 11/10/2003. O Programa “Luz Para Todos”, chegou à Aldeia Cerroy em 2010, beneficiando todas as famílias. A FUNASA de Bonito – MS construiu o poço artesiano na aldeia, instalando também uma caixa d’água, conforme mostra a Foto 10.



**Foto 10. Poço artesiano construído pela FUNASA, na Aldeia Cerroy.**

Fonte: Garcete, 2012

Além disso, a FUNASA envia mensalmente médico, dentista e remédios para a aldeia. Segundo o cacique Astúrio, o coordenador regional da FUNASA do Estado, prometeu contratar um agente indígena de saúde para a comunidade e também disponibilizar uma viatura para atendimento a comunidade. A viatura deverá permanecer no município de Guia Lopes da Laguna e contará com um servidor da FUNASA que conduzirá uma equipe médica daquele município para a comunidade indígena. Atualmente a índia Malvina foi nomeada como agente de saúde e está cadastrando todos os moradores da aldeia no programa de atendimento de saúde. O governo do estado fornece uma cesta básica a cada dois meses. A FUNAI, FUNASA e Ministério Público Federal se comprometeram a solucionar os problemas das famílias que não possuem documentos civis e, portanto, encontram dificuldades em ter acesso à assistência médica e outras necessidades que requerem documentação. A prefeitura municipal de Guia Lopes da Laguna fornece maquinário agrícola para a mecanização do solo.

### 3.4. Problemas “Antigos” Persistem no “Novo” Território.

Nos dias em que estivemos realizando a pesquisa e fazendo as entrevistas na aldeia deparamos com vários problemas e reclamações dos indígenas, como atraso na entrega da cesta básica, sementes para o plantio e óleo diesel. Alguns moradores colheram as plantações, já tinham sementes e óleo diesel e aguardavam a prefeitura municipal de Guia Lopes mandar os tratores e implementos para a preparação do solo. Os tratores da prefeitura estavam trabalhando no Assentamento Rio Feio, próximo à aldeia. Os índios estavam na expectativa, aguardando pois o funcionário da prefeitura responsável pela patrulha agrícola havia prometido que depois do término dos trabalhos no assentamento iriam preparar as terras da aldeia. Depois de vinte dias retornamos ao acampamento e ouvimos a reclamação dos índios, dizendo que a prefeitura terminou os serviços no assentamento e levou todos os tratores para a cidade, não cumprindo com a promessa de preparar as terras da Aldeia Cerroy, e deixando os índios a mercê da própria sorte, sem condições de plantar na terra sem a gradeação mecanizada. Procuramos um agricultor que planta lavoura nos limites da aldeia, e ele nos informou que se o solo não for devidamente mecanizado e corrigido com calcário e adubos não tem condições de produzir quase nada naquela área.

Na aldeia tem uma área úmida de terras boas para o plantio de arroz. Segundo os indígenas um funcionário da prefeitura responsável pela patrulha mecanizada prometeu há quase dois anos que iria drenar e mecanizar a terra para o plantio de arroz, só que não compareceu para executar o serviço. Para os índios, o preparo dessa terra será fundamental para o cultivo de arroz que será repartido entre todas as famílias da aldeia.

A FUNASA construiu o poço artesiano, mas não forneceu os materiais para os encanamentos da água em todas as casas. Alguns moradores próximos do poço conseguiram encanar a água, mas a maioria tem que carregar a água com baldes e tambores de plástico. A maioria das mulheres lavam roupas no Rio Canindé, que fica a uma distância de três quilômetros da aldeia, em uma área pertencente à Fazenda Santo Onofre.

A viatura e a equipe médica prometida pelo coordenador regional da FUNASA do Estado, ainda não foram disponibilizadas. Quando ocorrem problemas de saúde com os índios da Aldeia Cerroy, e estes procuram a assistência médica na cidade de Guia Lopes da Laguna, encontram dificuldade para ser atendidos, sendo informados que a FUNASA é o órgão responsável para atender índios, negando dessa forma o atendimento. Recentemente a filha da dona Tereza, que se encontra gestante, estava enferma e não recebeu tratamento médico na

cidade, ela voltou para a aldeia e foi obrigada a aguardar a próxima visita do médico da FUNASA de Bonito que vem a cada 15 a 30 dias.

Todas as casas têm energia elétrica, no entanto, oito casas que não tem padrão, os moradores usam a rede de luz dos vizinhos. As casas são construídas com materiais retirados nas terras da aldeia. Quinze hectares da área já eram desmatados e mecanizados e nas sete hectares de mata não tem os recursos necessários para uma construção mais resistente, como o sapé por exemplo. Os índios informaram que conseguiram sapé e madeira para cobrir as casas e a casa de reza da aldeia, em uma fazenda próxima e estão aguardando a prefeitura de Guia Lopes da Laguna disponibilizar o caminhão que prometeram para transportar esses materiais, segundo os moradores, desde o ano passado.

Com a instalação da energia elétrica, muitas casas tem televisão, aparelhos de som e geladeira. Permitindo assim certo conforto e contato com outras culturas, como mostra a Figura 11. O meio de transporte mais usado é a bicicleta, que serve para ir ao trabalho e a cidade. Para se comunicarem muitos índios tem celular, que também serve para conversar com as lideranças indígenas e combinar os dias das *Aty Guasu*.

Mesmo com todas essas mudanças no modo de vida dos índios da Aldeia Cerroy percebemos que existe uma grande preocupação de todos, principalmente das lideranças, quanto a manutenção, resgate e prática das tradições, dos rituais e da religião. O cacique Astúrio reconhece que houve uma grande mudança na vida dos índios acampados, depois que mudaram para a Aldeia Cerroy. Ele afirma que: “Nosso Pai já deu a terra e as coisas para o índio, agora temos que resgatar a cultura dos Guarani-Kaiowá, porque não adianta ter a terra e as coisas, se o índio não tem a cultura e a religião. Sem a cultura e a religião, o índio perde a terra e o seu *tekoha*”. Vê-se pois, que a conquista do território e o resgate dos costumes é uma forma de resistência e de garantir a identidade enquanto povo.



**Foto 11. Casa da índia Cleide, na Aldeia Cerroy.**

Fonte: Garcete, 2012

### 3.5. Dados Estatísticos Sobre a População da Aldeia Cerroy

Na Aldeia Cerroy existem dois grupos de famílias extensas, da mesma etnia Guarani-Kaiowá. A família da Dona Vicenta, que tem uma filha solteira morando com ela, duas filhas casadas genros e os netos. Dona Vicenta é tia da Tereza, que tem quatro filhos menores e três filhas casadas, genros e netos. Além desses parentes, Dona Vicenta ainda tem alguns sobrinhos que vivem na aldeia, netos da sua falecida irmã Juliana, mãe da Tereza. A família do cacique Astúrio é composta pela esposa, o sogro Olímpio de 74 anos de idade, quatro filhos menores dois filhos casados, netos e dois sobrinhos casados que também tem filhos.

Na Aldeia Cerroy vivem atualmente 58 índios Guarani-Kaiowá, sendo 32 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Dessa forma, a população masculina representa 55%, e a população feminina representa 45% dos moradores da aldeia.

A população da Aldeia Cerroy é formada por vinte e quatro adultos, quatro adolescentes e trinta crianças. Dessa forma concluímos que 51,7% da população da aldeia são formadas por crianças; 7% formada por adolescentes e 41,3% formados por adultos.

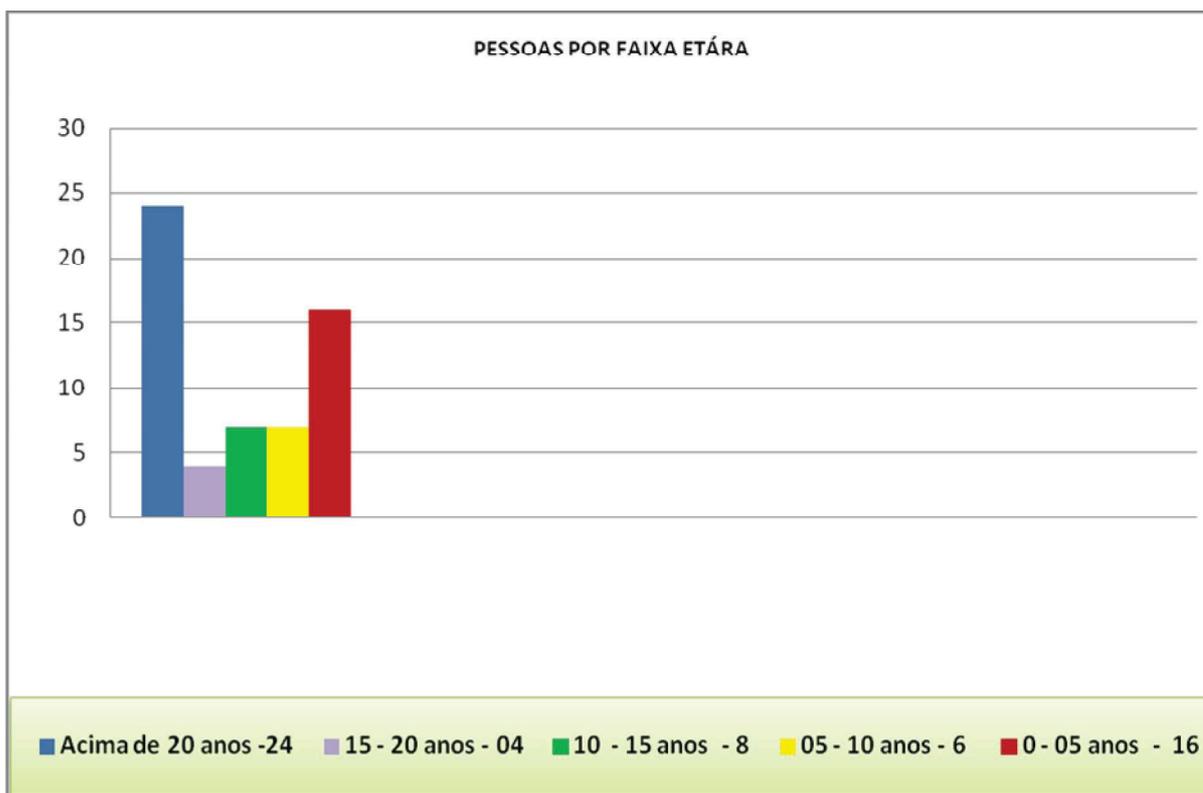
Cada família tem apenas um hectare de terra para a plantação, por isso torna-se necessário o trabalho “fora” da aldeia. Atualmente onze pais de família, representando 19% representado pelos homens da aldeia, trabalham “fora” em trabalhos temporários ou diários. Esses trabalhos são realizados nas fazendas da região, no plantio de cana-de-açúcar, roçadas de pastagens, catação de pedras das terras aradas, construção de cercas, mangueiros e casas rurais. A remuneração diária varia entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00, sendo que a jornada de trabalho é de 8 a 10 horas. O cacique Astúrio explica que existem duas formas de contratação: uma “livre” onde recebem a remuneração em dinheiro e alimentação, e a outra é “nas custas”, onde recebem somente a remuneração e precisa levar de casa a alimentação.

Tem doze crianças e adolescentes estudando nas escolas da cidade de Guia Lopes da Laguna. Seis adolescentes na idade escolar não estão estudando, porque trabalham na lavoura dentro da aldeia. Os estudantes são transportados pelo ônibus escolar da Prefeitura de Guia Lopes da Laguna, no período matutino, saem de casa às 6h da manhã e retornam às 13h.

Em breve haverá mais dezenove crianças na idade escolar, para cursar a primeira série do Ensino Fundamental, esse número poderá aumentar para 22 se algumas crianças e adolescente que não estudam forem matriculados também. O cacique Astúrio e a índia Tereza solicitaram a prefeitura municipal, a instalação de uma sala de aula da primeira série na aldeia. As autoridades da cidade prometeram avaliar o pedido, dizendo que provavelmente

irão atender a solicitação. No Gráfico 01 destacamos os adultos acima de vinte anos, adolescentes e crianças.

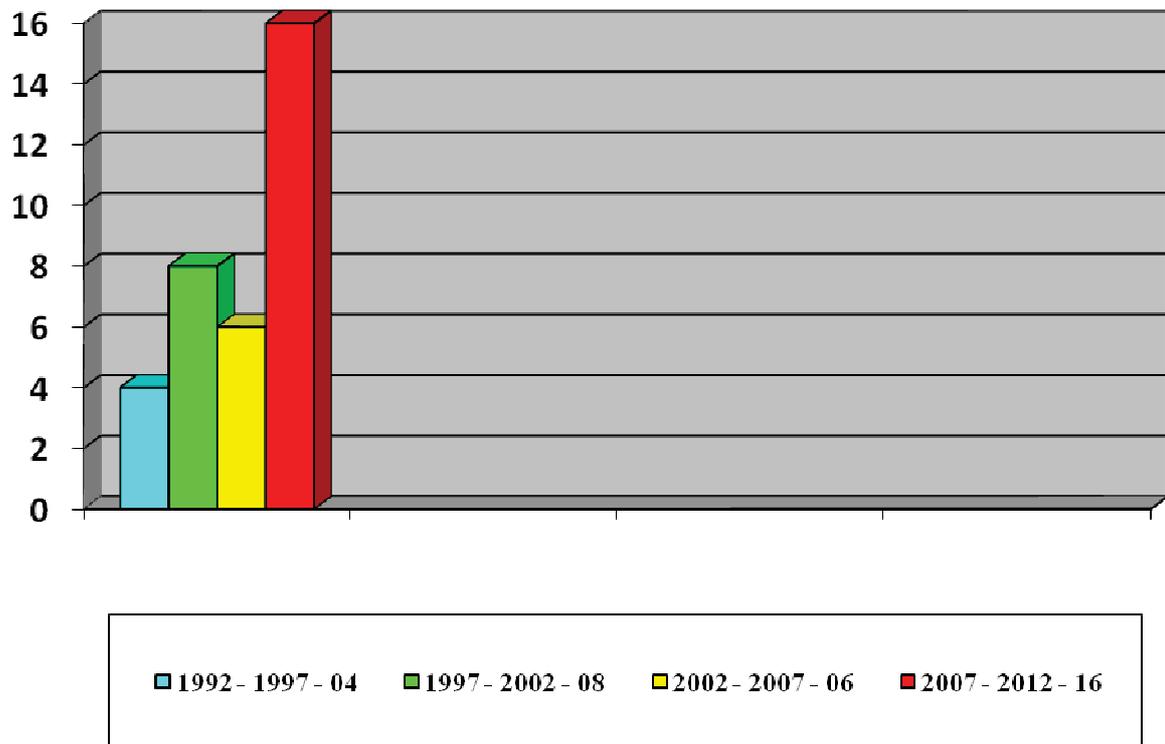
**Gráfico 01. Pessoas por faixa etária na Aldeia Cerroy, em 2012.**



Fonte: Garcete, 2012

Através do Gráfico 02 percebemos que a taxa de natalidade manteve-se estável até o ano 2007, período em que viviam no acampamento. A partir de 2007 essa taxa quase triplicou. Ao investigar esse fato, constatamos que os fatores foram proporcionados pela sensação de estabilidade no novo território. A possibilidade de construir a moradia e cultivar as lavouras de subsistência possibilitou aos adolescentes na faixa de 16 anos acima se casar e constituir família depois que mudaram para a aldeia. Além disso, a assistência à saúde e nutrição diminuiu o índice de mortalidade infantil na aldeia. No gráfico abaixo procuramos descrever as taxas de nascimento somente dos indígenas do acampamento que se mudaram para a aldeia.

**Gráfico 02. Nascimentos de crianças no período de 1992 – 2012 na Aldeia Cerroy.**

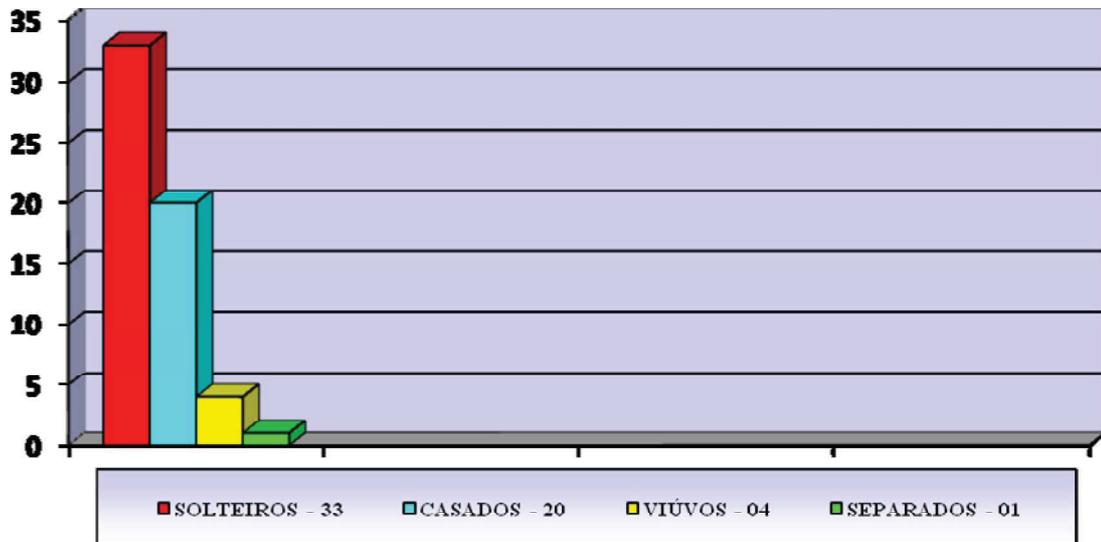


Fonte: Garcete, 2012

Na Aldeia Cerroy moram dez casais, sendo a maioria das mulheres ainda na idade reprodutiva. Com base no levantamento existem 16 crianças abaixo de cinco anos e também, algumas mulheres grávidas. Observamos ainda que haja 04 jovens se preparando para o casamento. A partir dessas constatações acreditamos que o crescimento demográfico da aldeia se manterá elevado, porque, a taxa de filhos nascidos de todas as mulheres na idade reprodutiva é na proporção de três filhos por mulher, até o término dessa pesquisa.

No gráfico 03 estão discriminados como solteiras todas as crianças, jovens e adultos que não vivem juntos maritalmente na mesma casa; como casados estão discriminados os casais que vivem juntos maritalmente e com os filhos, na mesma casa; Os viúvos e separados.

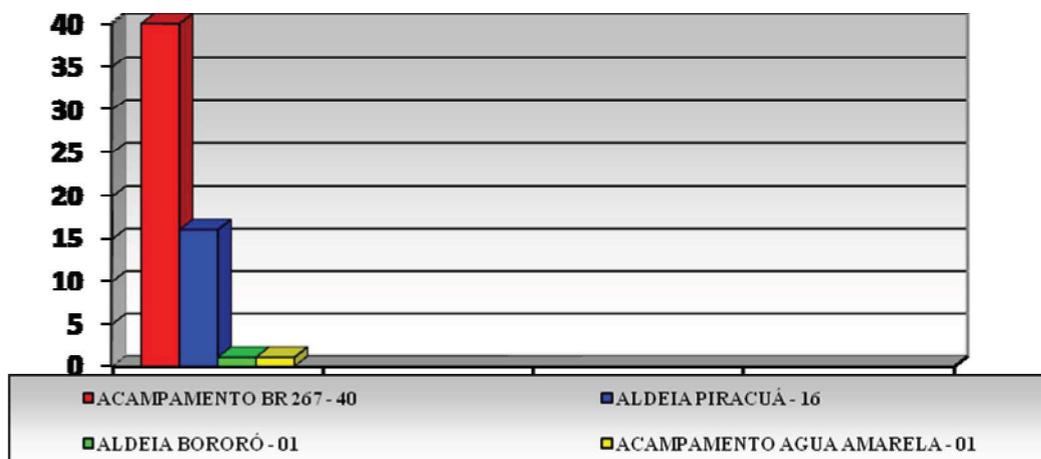
**Gráfico 03. Estado civil dos moradores da Aldeia Cerroy em 2012**



Fonte: Garcete, 2012

O Gráfico 04 demonstra que, das 58 pessoas que moram atualmente na Aldeia Cerroy, 40 nasceram no acampamento nas margens da rodovia 267, dois moradores não nasceram no acampamento, mas moraram nele durante mais de 20 anos e tiveram filhos e netos, no local. O cacique Astúrio e sua família chegaram após a mudança dos Guarani-Kaiowá do acampamento para a aldeia, a sua família, composta por filhos, noras, netos e sogro totalizaram 16 pessoas.

**Gráfico 04. Local de origem dos moradores da Aldeia Cerroy em 2012**



Fonte: Garcete, 2012

Os dados estatísticos sobre a população da Aldeia Cerroy serviram para demonstrar que a aldeia encontra-se em crescente crescimento demográfico, com a proporção de menos de meio hectare por habitante. Percebemos que, com esse crescimento demográfico progressivo em breve a Aldeia Cerroy apresentará problemas de superpopulação, com falta de terras para todas as famílias. O cacique Astúrio já manifestou essa preocupação afirmando que a aldeia não poderá receber novas famílias vinda de “fora” para viver nela, mesmo sendo parentes dos índios que moram na aldeia, por que não tem mais terra disponível. Ou seja, os problemas oriundos da falta de terra, levantados e já citados nesse trabalho, poderão em breve atingir também a Aldeia Cerroy. Concluimos, portanto que a criação da Aldeia Cerroy resolverá temporariamente os problemas territoriais dos índios Guarani-Kaiowá que viviam acampados as margens da rodovia e a criação da aldeia serviu para conter os planos desse agrupamento de reaver o seu território tradicional, chamado por eles de *Itavera’í*, localizado na da fazenda que doou a área para a construção da aldeia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos o Processo de (des)(re)territorialização dos Guarani-Kaiowá se iniciou com a chegada dos portugueses e espanhóis, nos territórios, que posteriormente passou fazer parte do Brasil. A partir desse contato, os povos Guarani tiveram que conviver com os missionários, as missões, as reduções, as frentes colonizadoras e de expansão das fronteiras. Desde então, se inicia um contínuo e sistemático processo de (des) territorialização e (re) territorialização dos povos Guarani, que persiste até aos dias atuais. (LUTTI, 2009, p.20)

Na maior parte do território do atual estado de Mato Grosso do Sul vivem o povo Guarani-Kaiowá. A partir da Guerra do Paraguai, na década de 1880; da implantação e atividades da Companhia Matte Larangeira, no período de 1890 a 1940; da criação das colônias agrícolas nacional, por Getúlio Vargas, a partir da década de 1940; da expansão da mecanização agrícola na década de 1970; e posteriormente com implantação das usinas sucroalcooleiras na década de 1980, o povo Guarani-Kaiowá vem passando por graves processos de desterritorialização. (ARAÚJO *et al*, p.27, 2006),

Os povos Guarani-Kaiowá foram sistematicamente desalojados dos seus territórios tradicionais pelos proprietários que adquiriram essas terras por meio de doações, ou mediante compra. A maior parte do território de ocupação tradicional dos índios Guarani-Kaiowá era considerado terras devolutas, esse era o conceito usado como justificativa pelo Estado no processo de expropriação da terra dos Guarani-Kaiowá.

Os povos Guarani-Kaiowá desalojados de suas terras pelas frentes de expansão agropecuária foram induzidos a um processo de reterritorialização, pelo SPI, entre 1915 a 1928. Esse órgão indigenista foi instituído pelo Estado para demarcar oito áreas de terra, destinadas a abrigar a população Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul. Dessa forma os territórios tradicionais dos Guarani-Kaiowá foram liberados pelo Estado para o plano de expansão capitalista, com a implantação de grandes fazendas e colônias agrícolas.

Assim, as reservas criadas pelo Estado, através do SPI foram transformadas em espaço de reterritorialização, com a função de acomodar populações indígenas e gerar um campo de atuação para inúmeras instituições governamentais de caráter administrativo e assistencial.

O Estado por meio do SPI, das missões religiosas e posteriormente através da FUNAI, promovia uma política integracionista na qual acreditava que o povo indígena se integraria a sociedade nacional, e seriam colonos, trabalhadores, integrantes do processo produtivo imposto pelo Estado na expansão do modelo capitalista.

Todavia o confinamento imposto ao povo Guarani-Kaiowá nas reservas criadas pelo Estado, além de não promover a esperada integração provocou grandes problemas e mudanças no modo de vida desse povo. As áreas restritas das reservas impossibilitaram a prática da agricultura itinerante tradicional Guarani-Kaiowá e aos poucos essas reservas se transformaram em territórios superpovoados. Tudo isso provocou o comprometimento dos recursos naturais, gerando o desequilíbrio nas relações entre o homem, a natureza e o sobrenatural.

Atualmente as oito reservas apresentam superpopulação, esgotamento dos recursos ambientais, desmatamentos generalizados. Como modo de vida alternativo os índios Guarani-Kaiowá recorrem à prática da agricultura mecanizada, porque não existe mais a possibilidade da prática da agricultura tradicional, nas terras desmatadas, esgotadas e formadas para as branquearias. A agricultura mecanizada demanda insumos, práticas e técnicas modernas, das quais esse povo não dispõe de conhecimento, de assistência técnica e nem recursos financeiros para a implantação adequada dessa forma de agricultura. Sendo assim, produzem bem menos por hectare plantado comparados aos agricultores modernos, muitos não conseguem nem plantar, por falta de condições para preparar o solo e adquirir os insumos necessários. Nesse caso encontram o meio de sobrevivência em trabalhos assalariados e nos programas assistências criados pelo Estado e ONGs.

Esse processo de confinamento provocou grandes mudanças no modo de vida dos Guarani-Kaiowá nas reservas propiciando o rompimento com seus costumes tradicionais, e a adaptação a ações externas, como a comercialização de seus produtos e a venda da sua força de trabalho. Enfrentam ainda preconceitos e discriminações, barreiras que eles se deparam fora da aldeia.

Nas reservas, os antigos costumes como os rituais, cantos, danças e práticas religiosas tradicionais estão sendo quase inviabilizados, pelas mudanças provocadas pela dinâmica da população no convívio com grupos e culturas dominantes. Tudo isso vem provocando mudanças no modo de vida do povo Guarani-Kaiowá. (LANDA, 2005. P.20).

O planejamento centralizado e tecnicista e a prática do imediatismo e utilitarismo desenvolveram o assistencialismo como cultura política do Estado em relação ao povo Guarani-Kaiowá. Esse planejamento chegou a esse povo de forma arbitrária e autoritária, nem sempre atendendo seus anseios fazendo com que seja nos dias atuais extremamente necessária e imprescindível à sobrevivência dos Guarani-Kaiowá. A maior parte desse povo encontra-se confinados, sem condições de praticar a agricultura de subsistência e são pouco qualificados para o trabalho na cidade. Por isso encontram nos trabalhos rurais, que requerem mão-de-

obra braçal, sem qualificações, nos canaviais e fazendas, em subempregos, mal remunerados, como a única alternativa de complementação da renda para a sobrevivência.

Do outro lado, o agronegócio com a produção da monocultura em latifúndios sob o poder do capital financeiro, produz em larga escala para a exportação, em nome da produtividade e da geração de renda, expropria o povo Guarani-Kaiowá do seu território tradicional, promovendo a miséria e a exclusão social.

O território do povo Guarani-Kaiowá tem sido transformado em mercadoria útil para o negócio, ou agronegócio. Nos territórios tradicionais dos Guarani-Kaiowá, hoje estão instaladas as grandes monoculturas, principalmente direcionados para a exportação, com plantações de soja, eucalipto, laranja, cana-de-açúcar e criação de gado. A luta dos Guarani-Kaiowá para reaver o seu território é vista por muitos políticos, proprietários de terras e parte da imprensa como um entrave para o desenvolvimento. Propagam a ideologia de que os índios são tumultuadores do processo produtivo, representando um grande problema para a sociedade. Tendo a posse da terra representa um retrocesso no progresso do estado.

Na atualidade percebemos o sucesso das ações solidárias das comunidades Guarani-Kaiowá, promovidas a partir da mobilização em torno da demanda de demarcação da terra. Essas ações marcam uma nova fase na relação dos índios Guarani-Kaiowá com os “proprietários das terras” que com eles disputam a posse dos seus territórios tradicionais. Os índios Guarani-Kaiowá amparam-se nos conhecimentos adquiridos pelas suas lideranças nas *Aty Guasu*, instruídos pelo MPF e ONGs, municiam-se de instrumentos institucionais legais.

Com a posse do seu território tradicional percebem a necessidade de mudanças em seu modo de vida praticado nas reservas e nos acampamentos, caracterizadas pela falta de fervor religioso, abandono da cultura, sujeição ao modo de ser dos não índios.

No novo território sente a necessidade do resgate desses valores como forma de resistência. Para o Guarani-Kaiowá a vida no novo território, ou seja, no território tradicional do seu antepassado só poderá ser viabilizado com resgate de suas tradições, rituais e da prática da sua religião

Os indígenas Guarani-Kaiowá na Aldeia Cerroy focam em primeiro lugar a reprodução material e cultural do seu grupo. Para eles, a (re)construção do território é a expressão da (re)produção da vida como um todo. O novo território recria novas formas de organização familiar, mesmo a aldeia não dando suporte a todas as necessidades materiais e simbólicas de existência dos índios Guarani-Kaiowá, eles recriam outras formas de produzirem seu “modo de ser”.

Ao mesmo tempo em que desejam ser incluídos em programas de saúde e de construção da casa própria; receber assistência técnica, insumos agrícolas e a preparação do solo para o plantio; encontrar no trabalho assalariado a forma de complementação da renda para sustento da família na perspectiva da reprodução material com os recursos vindo de “fora”, desejam também o resgate da cultura, tradição e religião como elementos fundamentais para a consolidação da posse desse novo território visto atualmente como o seu *tekoha*, a Aldeia Cerroy.

O processo de des(re)territorialização proporciona o sentir de múltiplas territorialidades dentro de um mesmo território, no ir e voltar do trabalho nas fazendas; das crianças e adolescentes na escola da cidade; no assistir televisão: novelas, jornais, jogos de futebol e programas de auditórios, assumem e vivenciam as culturas de “fora” e o contato cotidiano com “o outro” mundo a partir do território da aldeia, na relação do local com o global. No contato com a própria língua, cultura, ritual e reza, volta-se para “dentro” do ser Guarani-Kaiowá e conseguem (con)viver dessa forma (re)construindo o seu território.

Nesse contato a história oral os índios Guarani-Kaiowá vão inventando e reinventando um passado, uma história, uma paisagem, uma origem comum, enfim um *tekoha*, pois sentem a necessidade de criar laços que os ligam e garantem a preservação da identidade. As identidades territoriais são construídas e reafirmadas a partir dos símbolos e valores compartilhados.

Os índios Guarani-Kaiowá a partir das novas conjunturas sociais, não mais existentes em tempos ancestrais. Mas a partir da (re)construção identitárias, inventaram, instituíram e desenvolveram novas redes de convenções e rotinas. Não existem mais uma identidade de sentimentos, idéias, regras e ornamentos do corpo. Mas as situações concretas contemporâneas exigem que a identidade étnica, seja (re)construída, (re)criando diferentes modos de ser. Dessa forma ocorre a (re) construção da identidade do índio Guarani-Kaiowá da Aldeia Cerroy, na perspectiva de reprodução da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** (Tese de Doutorado). Presidente Prudente. UNESP, 2003
- ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e as Leis do "Branco": o direito à diferença.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- ATHIAS, Renato. **Diversidade Étnica, Direitos Indígenas e Políticas Públicas.** NEPE, UFPE. 2005. < [http://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes\\_4.pdf](http://www.ufpe.br/nepe/publicacoes/publicacoes_4.pdf)> Acessado em 02/04/2012.
- BARBOSA DA SILVA, Alexandra. **Mais Além da “Aldeia”: Território e Redes Sociais entre os Guarani** de Mato Grosso do Sul. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGAS-MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- BRAND, Antonio Jacó. **O Impacto da Perda da Terra Sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: Os Difíceis Caminhos da Palavra.** 1997. Tese (Doutorado História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão.** In: CASTRO, Iná Elias de et al. Geografia: Conceitos e Temas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 165-205.
- COSTA, Rogério Haesbaert. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FERREIRA, Ademir Pacelli (Orgs.). **Cruzando Fronteiras Disciplinares: Um Panorama dos Estudos Migratórios.** Rio de Janeiro: Revan, 2005, pp. 35-46
- GARCIA, Adilso de Campos. **A Participação dos Índios Guaná no Processo de Desenvolvimento Econômico do Sul de Mato Grosso (1845-1930).**/Adilso de Campos Garcia. – Dourados, MS: UFGD,2008.
- Geoprocessamento do Programa Kaiowá/Guarani,** NEPPI, UCDB (2005) - Disponível em <http://www.neppi.org>
- HECK Egon D; MACHADO Flávio V. **As Violências Contra o Povo em Mato Grosso do Sul e as Resistências do Bem Viver Por Uma Terra Sem Males.** (org). Dados 2003 – 2010 CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Regional Mato Grosso do Sul. 2011.
- INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Povos Indígenas do Brasil – 2001/2005.** São Paulo: ISA, 2006.
- LANDA, Beatriz dos Santos. **Os Nandeva/Guarani e o Uso do Espaço na Terra Indígena Porto Lindo, Município de Japorá/MS.** Porto Alegre, PUCRS, 2005 (Tese de doutorado)
- LIMBERTI, Rita de Cásia Aparecida Pacheco. **Discurso Indígena: Aculturação e Polifonia.** São Paulo, 1998. 242f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Lingüística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LITTLE, Paul E. **Espaço, Memória e Migração. Por Uma Teoria de Reterritorialização.** Textos de História: Revista de Pós-Graduação em História UNB, Brasília, v. 2, n. 4, p. 5-25, 1994.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: O Que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUTTI, Aline Castilho Crespe. **Acampamentos Indígenas e Ocupações: Novas Modalidades de Organização e Territorialização entre os Guarani e Kaiowá no Município de Dourados - MS: (1990-2009).** 2009. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD. <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes-defendidas> Acessado em 02/04/2012.

MACIEL, Nely Aparecida. **Conflitos Fundiários entre Índios Kaiowá e Colonos no Distrito de Panambi, Município de Dourados Mato Grosso do Sul (1943-1995).** Texto integrante dos Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SP-UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento Histórico Sobre os Índios Guarani Kaiowá.** Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro: Museu do Índio. 2003.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Território e Territorialidade Guarani e Kaiowá: Da Territorialização Precária na Reserva Indígena de Dourados a Multiterritorialidade** 2011. Dissertação (Mestrado Geografia). Dourados, MS: UFGD.

MURA, Fábio. **A Procura do “Bom Viver”: Território, Tradição de Conhecimento e Ecologia Doméstica Entre os Kaiowá.** 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, ROCHA, Carlos Augusto da. **A Presença Indígena na Formação do Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

PEREIRA, Levi Marques. **Módulos de Assentamento Kaiowá Atuais.** Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas. NEPPI, Campo Grande:UCDB, 2006.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani.** São Pulo. E.P.U./EDUSP, 1974.

TROQUEZ, Marta Coelho Castro. **Professores Índios e Transformações Socioculturais em Um Cenário Multiétnico: A Reserva Indígena de Dourados (1960-2005).** 2006. Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes-defendidas>> Acessado em 02/04/2012.

**ANEXOS****UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA  
PEDRO ANTONIO OVELAR GARCETE****ENTREVISTA COM OS INDIOS DESALDEADOS (Roteiro de Questões)  
DATA: 06 DE AGOSTO, 18 DE SETEMBRO 08 DE OUTUBRO DE 2012****1 - Qual sua etnia?**

---

**2 – Qual seu local de origem?**

---

**3 – Porque você saiu de seu local de origem?**

---

---

**4 – Vocês conservam as tradições (língua, religião, rituais...)**

---

---

**5 Como vocês lidam com a questão da saúde? Seguem as tradições ou buscam ajuda na cidade?**

---

---

---

**6 – Onde vocês enterram seus mortos?**

---

**7 – Vocês tem algum tipo de assistência social – de algum órgão do governo/entidade?**

---

---

---

**8 - Vocês tem algum tipo de apoio da FUNAI?**

---

---

---

**9 – Acontece algum caso de violência neste local? (se a resposta for sim) Como vocês lidam com esta situação?**

---

---

---

**10 – O que fazem para se manter ou garantir o sustento da família?**

---

---

---

**11 - Você trabalha como empregado? (se sim) Onde trabalha? Tem carteira assinada/contrato de trabalho? Quanto ganha?**

---

---

---

**12 – Como obtiveram a terra onde estão agora?**

---

---

---

**13 - Quantos haviam no período em estavam acampados e quantos tem atualmente? Se diminuiu/aumentou porque?**

---

---

---

**14 – Vocês têm contato com outros grupamentos? (Se sim) São da mesma etnia? Onde estão localizados?**

---

---

---

**15 - Porque há um subgrupo que não está integrado na mesma área? (chegaram depois...?)**

---

---

---

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA  
PEDRO ANTONIO OVELAR GARCETE**

**ENTREVISTA COM O PROPRIETÁRIO DA FAZENDA SANTO ONOFRE (Roteiro de Questões)**

**DATA: 08 DE OUTUBRO DE 2012**

- 1) Qual o período os índios Guarani-Kaiowá permaneceram acampados as margens da rodovia BR 267, em frente às terras pertencentes à Fazenda Santo Onofre?

---

---

---

- 2) Em que ano os mesmos foram transferidos pela FUNAI, para a Aldeia Cerroy?

---

---

---

- 3) . Como essa área foi adquirida para a criação da aldeia?

---

---

---

- 4) Como se deu a negociação para a aquisição da área para a aldeia?

---

---

- 5) Quem efetuou as medições da área?

---

---

- 6) Como se encontra o processo de documentação da área?

---

---

- 7) Por foi escolhida essa área para a aldeia?

---

---

---